CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES - SERGIPE

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos cargos disponibilizados, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL 001/2026 CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES - SERGIPE.**

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões que foram anuladas ou tiveram a alternativa de resposta alterada, coincidentes para provas de mais de um cargo, também sofreram alteração, mesmo não sendo objetos de recursos nos referidos cargos. Esta atitude é tomada devido à isonomia e legalidade do presente Concurso Público quando da utilização dos mesmos conteúdos programáticos.

LÍNGUA PORTUGUESA / ANALISTA LEGISLATIVO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
10	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 10 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. Explicação: O trecho emprega a personificação (ou prosopopeia) ao classificar a escrita cursiva como "moribunda". O termo atribui uma característica biológica humana — o estado de quem está morrendo ou prestes a morrer — a um conceito inanimado, que é uma técnica de escrita.** **VEJAMOS O TRECHO DO TEXTO QUE COMPROVA A CLASSIFICAÇÃO DADA CORRETAMENTE À FIGURA DE LINGUAGEM "PROSOPOPEIA":** **- (5º§) A escrita cursiva — em que se escreve em uma letra parecida à itálica, sem necessariamente tirar o lápis do caderno — chegou a ser vista como uma técnica moribunda nos EUA. Agora, a decisão na Califórnia reacende debates educacionais e científicos a respeito do valor da escrita à mão, bem como dos benefícios ao cérebro e das implicações globais se essa técnica acabar caindo no esquecimento.** **VEJAMOS A ENUNCIAÇÃO TEÓRICA À LUZ DA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA – (NGB).** **Personificação (ou prosopopeia) é uma figura de linguagem que consiste em atribuir sentimentos, comportamentos, ações ou características humanas a seres inanimados, animais ou elementos abstratos. Esse recurso é muito usado na literatura, na poesia, em fábulas e na publicidade para dar maior expressividade e dinamismo ao texto.** **Como Funciona:** Esse recurso dá "vida" ou voz a aquilo que não é humano, ajudando a criar imagens mais fortes e expressivas no texto. É muito comum na literatura, em fábulas, poesias e propagandas. **1.1.(https://www.todamateria.com.br/personificacao/)** **1.2.(https://www.bresilescola.com.br/personificacao/)** **1.3.(https://www.educamaisbrasil.com.br/personificacao/)** **1.4.(https://www.significados.com.br/prosopopeia/#google_vignette)** **1.5. (https://www.portugues.com.br/gramatica/personificacao-prosopopeia.html)**	

		2.SUGERIMOS QUE O/A IMPETRANTE DO RECURSO CONSULTE, PESQUISE E ESTUDE EM TÍTULOS BIBLIOGRÁFICOS DA GRAMATICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – (NGB) – NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA. **2.1.Novíssima Gramática da Língua Portuguesa – CEGALLA, Domingos Paschoal.** **2.2.Moderna Gramática Portuguesa** - Evanildo Bechara. **2.3.Gramática Normativa da Língua Portuguesa** - Carlos Henrique da Rocha Lima. **2.4.Nova Gramática do Português Contemporâneo** - Celso Cunha e Lindley Cintra. **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA Rreleitura DA QUESTÃO 10, COM ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE O GABARITO ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETO.** 10) As figuras de linguagem são recursos expressivos usados na fala ou na escrita para dar mais força, beleza ou emoção ao que dizemos. Elas fogem do sentido literal e usam as palavras de um jeito criativo para expressar ideias, sentimentos ou exageros. (https://mundoeducacao.uol.com.br/gramatica/figura-de-linguagem.htm) No trecho: "Chegou a ser vista como uma técnica moribunda nos EUA" – sublinhamos a expressão construído com a figura de linguagem denominada: (A) Personificação. (B) Metáfora. (C) Eufemismo. (D) Elipse. (E) Metonímia. **4. EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

APONTAMENTOS SOBRE NOSSA SENHORA DAS DORES APONTAMENTOS SOBRE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E ATOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS E ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. ANALISTA LEGISLATIVO

<table>
<tr><th>Questão</th><th>Situação</th><th>Justificativa</th><th>Alteração</th></tr>
<tr><td>22</td><td>DEFERIDO</td><td>O recurso da questão 22 está deferido, por não ter resposta correta</td><td>ANULADA</td></tr>
<tr><td>32</td><td>INDEFERIDO</td><td>O Candidato entrou com recurso para reafirmar o Gabarito publicado foi alternativa (A).

questão: 32
JUSTIFICATIVA
A questão citada acima pede a limitação ao norte do municipio de Nossa Senhora das Dores. No qual o site oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica), confirma que os municipios de "Feira Nova e Cumbe" verdadeiramente se limita ao norte. O que faz a alternatica "A" esta correta. Peço que a banca Planejar reveja a acertiva correta.

CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO
GABARITO RESPOSTA
<table>
<tr><td>01 – D</td><td>02 – A</td><td>03 – C</td><td>04 – E</td><td>05 – B</td></tr>
<tr><td>11 – B</td><td>12 – D</td><td>13 – B</td><td>14 – D</td><td>15 – A</td></tr>
<tr><td>21 – A</td><td>22 – A</td><td>23 – E</td><td>24 – E</td><td>25 – B</td></tr>
<tr><td>31 – C</td><td>32 – A</td><td>33 – B</td><td>34 – B</td><td>35 – E</td></tr>
<tr><td>41 – A</td><td>42 – E</td><td>43 – B</td><td>44 – D</td><td>45 – E</td></tr>
</table></td><td></td></tr>
</table>

CONHECIMENTO ESPECÍFICOS / ANALISTA LEGISLATIVO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
37	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 37 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do Manual de Redação da Presidência da República, com o site inscrito no próprio enunciado desta questão.** **2. A única alternativa que responde ao que se pede no comando desta questão é (Letra E), porque:** DEFESA – O correto da Letra E - **A redação oficial não é necessariamente árida e contrária à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com objetividade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.** (https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf) – (P. 16/17) – (Adaptado) **3. É importante reler a Questão 37, com calma e atenção, para entender o que está apresentado nas alternativas elaboradas nesta questão.** 37) Na estrutura da "Redação Oficial", quem comunica é sempre o serviço público (este/esta ou aquele/aquela Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes. (https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf) – (P. 16/17) – (Adaptado) Nessa perspectiva, marque a alternativa com informação incorreta. (A) Deve-se considerar a intenção do emissor e a finalidade do documento, para que o texto esteja adequado à situação comunicativa. (B) A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e nos expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro lado, de sua finalidade. (C) Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos e entidades públicos, o que só é alcançado se, em sua elaboração, for empregada a linguagem adequada. (D) O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade. (E) Necessariamente, a redação oficial é árida e contrária à evolução da língua, visto que sua finalidade básica é comunicar com objetividade e máxima clareza – impondo certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, dentre outros tipos de redação oficial. 4. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

38	INDEFERIDO	**O RECURSO DA <u>QUESTÃO 38</u> ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos.** **2.1 – PEDIMOS ATENÇÃO PARA AS EXPLICAÇÕES SEGUINTES:** A definição de Ambiguidade (ou Anfibologia) que foi apresentada está correta, mas o exemplo utilizado não contém uma ambiguidade. Na frase; O aluno e o professor conversavam sobre os erros das redações oficiais, o sentido é claro: duas pessoas (aluno e professor) estão conversando sobre um tema definido (erros de redações oficiais). Não há duplo sentido ou falha estrutural que gere confusão de interpretação aqui. Para que o exemplo realmente ilustre uma ambiguidade (ou anfibologia), ele precisaria permitir duas interpretações diferentes devido à sua estrutura. Veja como o exemplo poderia ser modificado para se tornar ambíguo: Exemplo ambíguo: O professor conversou com o aluno sobre seus erros na redação. Por que é ambíguo? O pronome possessivo; deixa a dúvida: os erros eram do professor ou do aluno? Exemplo ambíguo: O aluno viu o professor em sua sala. o Por que é ambíguo? A sala era do aluno ou do professor? **2.2. SUGERIMOS QUE SEJAM CONSULTADAS OUTRAS FONTES BIBLIOGRÁFICAS PARA OS ESCLARECIMENTOS PERTINENTES.** **(https://www.clubedoportugues.com.br/ambiguidade/)** **(https://www.educamaisbrasil.com.br/ambiguidade/)** **(https://www.brasilescola.com.br/ambiguidade/)** **(https://www.todamatéria.com.br/ambiguidade/)** **3. É importante reler a <u>Questão 38</u>, com calma e atenção, para entender o que está apresentado nas alternativas elaboradas nesta questão e comprovar que o exemplo sobre "ambiguidade" não condiz com o que ela expressa.** 38) A Revisão Gramatical aplicada à Redação Oficial consiste em cuidados com: ortografia, acentuação, pontuação, concordância, regência e crase, assim como os vícios de linguagem: Redundância. Prolixidade. Ambiguidade, compreendendo Impropriedades textuais. (https://esesp.es.gov.br/Media/Apostilas/2022/Reda%C3%A7%C3%A3o%20Oficial-1.pdf) Sobre os "Principais Tipos de Impropriedades textuais", marque a alternativa com exemplificação <u>incorreta</u>, por não estar condizente com o que se enuncia no comando desta questão. (A) Impropriedade Vocabular (ou Lexical): Ocorre quando se usa uma palavra com sentido inadequado para o contexto em desenvolvimento, confundindo termos parecidos ou empregando um vocábulo incorreto para a situação. Ex: O Iminente Magistrado, usado incorretamente no lugar de Eminente Magistrado, (B) Ambiguidade (ou Anfibologia): Falha estrutural que deixa a frase com duplo sentido, gerando confusão na interpretação. Ex: O aluno e o professor conversavam sobre os erros das redações oficiais. (C) Pleonasmo Vicioso: Repetição redundante e desnecessária de uma ideia. Ex: Eu vi com os meus próprios olhos e apalpei com a minha mão direita.	

		(D) Barbarismo: Erro relacionado à grafia, à pronúncia ou à formação incorreta de uma palavra. Ex: Os artistas fizeram um show beneficiente. O correto é: Os artistas fizeram um show beneficente. (E) Solecismo: Erro de sintaxe que envolve a concordância, a regência ou a colocação de pronomes. Ex: Ele assistiu o filme pela TV (erro de regência verbal). O correto é: Ele assistiu ao filme pela TV. 4. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
39	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 39 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão. Pedimos que seja feita uma consulta no site utilizado na elaboração da questão em análise.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos.** **2.1 – PEDIMOS ATENÇÃO PARA AS EXPLICAÇÕES SEGUINTES:** – Finalidade: Registro histórico: Guardar a memória exata dos fatos e opiniões discutidos. Validade jurídica: Garantir segurança legal e comprovar obrigações ou acordos. Transparência: Assegurar que os participantes e ausentes tenham ciência das deliberações. Estrutura Cabeçalho: Data, horário, local e identificação dos presentes. Pauta (Ordem do dia): Assuntos que serão tratados no encontro. Desenvolvimento (Corpo): Síntese das discussões, propostas e votações de forma cronológica. Encerramento: Hora do fim da sessão e fórmula de fecho. Assinaturas: Validação pelo secretário, presidente e demais participantes. Linguagem Norma-padrão: Uso rigoroso da gramática formal e da linguagem denotativa. Tempo verbal: Predomínio do pretérito perfeito do indicativo (ex: *o presidente disse, a proposta foi aprovada). Imparcialidade: Ausência de opiniões pessoais ou juízos de valor do relator. Clareza e concisão: Foco direto nos fatos essenciais. Formalidades e Regras de Redação Texto corrido: Em modelos tradicionais (formais), escreve-se sem parágrafos ou alíneas para evitar adulterações. Números por extenso: Todos os valores e datas devem vir escritos por extenso. Proibição de rasuras: Não se usa corretor líquido nem rasuras. Se houver erro durante a escrita, emprega-se a palavra; se o erro for percebido depois, usa-se; Trancamento de espaços: Linhas ou espaços em branco restantes no papel podem ser preenchidos com traços; para impedir fraudes. (https://www.portugues.com.br/redacao/ata---formalizando-registrando-informacoes-.html) **2.2 – ESTAMOS AMPLIANDO AS EXPLICAÇÕES QUE COMPROVAM QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETO.** A **finalidade da ata** é registrar, de forma clara, objetiva e fiel, todos os assuntos discutidos, propostas apresentadas e decisões tomadas durante uma reunião, assembleia, congresso ou sessão. **Principais Objetivos e Funções:** **Documentação Oficial:** Serve como um histórico escrito e perene (eterno) de tudo o que ocorreu no encontro. **Segurança Jurídica:** Após ser lida, aprovada e assinada pelos participantes (ou pela diretoria/mesa), adquire valor legal e pode ser utilizada como prova em disputas, auditorias ou processos administrativos. **Transparência:** Democratiza o acesso às informações e às deliberações para todos os membros de uma empresa, condomínio, associação ou	

		instituição. **Cobrança e Acompanhamento:** Define claramente quem ficou responsável por cada tarefa ou encaminhamento, evitando mal-entendidos futuros sobre o que foi combinado. A ata tem validade jurídica porque **funciona como a prova oficial e formal** de que uma reunião, assembleia ou deliberação aconteceu, registrando exatamente o que foi decidido por um grupo de pessoas. (https://www.google.com/search?q=Por+que+a+Ata+tem+validade+jur%C3%ADdica%3F&oq) (https://www.letssign.com.br/blog/ata-de-assembleia-digital-validade-juridica-e-como-implementar-na-sua-associacao/) (https://sindicond.com.br/conteudo/2402/atas-de-assembleias-em-condominios-elaboracao-e-validade-legal) (https://www.jusbrasil.com.br/artigos/certidao-de-ata-notarial-e-a-validade-juridica/2940736273) **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 39 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES FEITAS E QUE OS SITES APRESENTADOS SEJAM CONCULTADOS.** 39) Ata é um gênero textual técnico usado para registrar de forma fidedigna e resumida as ideias, discussões e decisões tomadas em reuniões, assembleias e conferências. (https://www.portugues.com.br/redacao/ata---formalizando-registrando-informacoes-.html) Marque a alternativa que apresenta um aspecto referente à Finalidade da Ata. (A) Cabeçalho. (B) Pauta (Ordem do dia). (C) Desenvolvimento. (D) Validade jurídica. (E) Assinaturas. 4. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
41	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 41 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão. (MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA). Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido da fonte bibliográfica consultada..** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 41 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DO MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SITE QUE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 41) Até a segunda edição deste Manual de Redação da Presidência da República, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício. A distinção básica	

		anterior entre os três era: a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia; b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Nesta nova edição ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses. A seguir, será apresentada a estrutura do padrão ofício, de acordo com a ordem com que cada elemento aparece no documento oficial. (https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf) – (P. 27/28/29) – (Adaptado) Sobre as "Partes do documento no padrão ofício", analise as informações a seguir: I. O texto tem que ser iniciado pelo vocativo, para, desde o início, ficar registrado o cargo do destinatário (interlocutor). II. O cabeçalho é utilizado apenas na primeira página do documento, centralizado na área determinada pela formatação. Nele, tem que constar o brasão de Armas da República. III. A Identificação do expediente contém os documentos oficiais devendo ser identificados da seguinte maneira: nome do documento; indicação de numeração; informações do documento: número, ano (com quatro dígitos) e siglas usuais do setor que expede o documento, da menor para a maior hierarquia, separados por barra (/); e alinhamento: à margem esquerda da página. IV. Na grafia de datas em um documento, o conteúdo deve conter, dentre seus elementos: composição: local e data do documento; informação de local: nome da cidade onde foi expedido o documento, seguido de vírgula. Não se deve utilizar a sigla da unidade da federação depois do nome da cidade; dia do mês: em numeração ordinal se for o primeiro dia do mês e em numeração cardinal para os demais dias do mês Marque a alternativa com a série correta. (A) II; III e IV apenas. (B) I e III apenas. (C) III e IV apenas. (D) I; III e IV apenas. (E) I; II; III e IV. 4. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

LÍNGUA PORTUGUESA / ENSINO MÉDIO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
01	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 01 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. Letra A. Explicação: O (1º§) do texto inicia com pronome pessoal de tratamento, comprovando receptor (interlocutor) direto.** **O pronome de tratamento "VOCÊ" enuncia uma mensagem para um interlocutor direto.** **Na Língua Portuguesa, o pronome de tratamento "você" é utilizado para se dirigir diretamente à pessoa com quem se fala (o interlocutor direto).** **Embora funcione gramaticalmente na 3ª pessoa (os verbos e pronomes associados a ele ficam na terceira pessoa, como em *"você vai"* ou *"seu carro"*), do ponto de vista do discurso ele representa a 2ª pessoa (o receptor da mensagem).** **(https://escolakids.uol.com.br/portugues/pronomes-de-tratamento.htm)** **(https://www.kumon.com.br/blog/portugues/pronomes-de-tratamento/)** **(https://www.portalsaofrancisco.com.br/linguagens/portugues/formas-de-tratamento#google_vignette)** **(https://www.clubedoportugues.com.br/pronomes-de-tratamento.htm)** **(https://www.educamaisbrasil.com.br//pronomes-de-tratamento.htm)** **(https://www.brasilescola.com.br//pronomes-de-tratamento.htm)** **(https://www.todamatéria.com.br//pronomes-de-tratamento.htm)** **(https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf)** **Letra B - Explicação: Esta informação está correta quanto à função gramatical do "QUE".** **Letra C- Explicação: A oração: "Sem ela, nada se constrói"** – tem o mesmo sentido semântico de: "**Sem ela, nada é construído**". **– Está absolutamente correto.** **Letra D - Explicação: "BASEADAS" é um particípio verbal do verbo "BASEAR" - que funciona com adjetivo - "TEORICAMENTE, É CHAMADO DE PARTICÍPIO VERBAL ADJETIVADO, LOGO, É UM NOME.** **A contração prepositiva "nesse" - (em + esse) – é imposta pela regência nominal de baseadas: VEJAMOS:** As relações humanas só se tornam estáveis quando **baseadas nesse** sentimento mútuo de segurança. **O QUE É UM PARTICÍPIO VERBAL ADJETIVADO?** **Um particípio verbal adjetivado (ou particípio com valor de adjetivo) é a forma do particípio que deixa de atuar estritamente como verbo (em tempos compostos ou na voz passiva) e passa a funcionar como um** adjetivo**.** **Nessa função, ele se conecta diretamente a um substantivo, atribuindo a ele uma característica, qualidade ou o estado resultante de uma ação concluída. Ele varia em gênero (masculino/feminino) e número (singular/plural) para concordar com esse substantivo.** **(https://www.clubedoportugues.com.br/participio-x-adjetivo/)** **(https://www.educamaisbrasil.com.br/participio-x-adjetivo/)** **(https://www.brasilescola.com.br/participio-x-adjetivo/)** **(https://www.todamatéria.com.br/participio-x-adjetivo/)** **VAMOS ENRIQUECER AS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS:** **Obras de Gramática Normativa e Linguística** **1. AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de Gramática do Português.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. *Explicação:* O autor discute o estatuto sintático**	

		do particípio, apontando que ele deixa de funcionar estritamente como verbo quando se torna variável em gênero e número atuando como adjunto adnominal ou predicativo. **2. BECHARA, Evanildo.** *Moderna Gramática Portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. ***Explicação*: O autor aborda o particípio como uma das formas nominais do verbo, detalhando sua dupla natureza (verbal e nominal) e sua capacidade de exercer funções típicas de adjetivo.** [1, 2, 3] **3. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley.** *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lexikon. ***Explicação*: O autor e**xplica o emprego do particípio e sua concordância quando atua adjetivamente junto a substantivos ou em orações reduzidas. **Letra E -** A frase "**A confiança é o que permite que o convívio, os acordos e as parcerias existam de forma sólida e duradoura" - é um período composto por várias orações. A oração principal é "A confiança é", cujo sujeito é "A confiança" e o predicado é um verbo de ligação com predicativo oculto/subentendido ou o predicativo sendo a oração subordinada substantiva predicativa "o que permite...". Abaixo, veja a análise sintática detalhada de cada termo e oração.** **2. DE FORMA ÉTICA, CUIDADOSA E GENTIL, A BANCA EXAMINADORA PEDE QUE OS CANDIDATOS IMPETRANTES ANALISEM TUDO O QUE FOI EXPLICADO À LUZ DA GRAMÁTICA NORMATIVA DA LINGUA PORTUGUESA, PARA EVITAR EQUÍVOCOS FUTUROS.** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 01, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE APENAS A "ALTERNATIVA A" PODE RESPONDER AO QUE SE PEDE NO COMANDO DA QUESTÃO.** 01) Marque o que não se comprova entre os componentes estruturais do (1º§) do texto. (A) A primeira oração inicia com pronome pessoal de tratamento, comprovando enunciador indireto. (B) Na primeira oração existe dupla ocorrência do termo "que, sendo o primeiro uma conjunção subordinativa integrante, que introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta; o segundo é um pronome relativo, que introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva. (C) A oração: "Sem ela, nada se constrói" – pode ser reescrita sem alterar o sentido contextual, assim: "Sem ela, nada é construído". (D) A contração prepositiva "nesse" é imposta pela regência nominal. (E) No último período do (1º§), temos exemplo de oração subordinada substantiva predicativa. 4. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
03	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 03 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A BANCA ELABORADORA TEVE O CUIDADO DE INICIAR A QUESTÃO COM ESCLARECIMENTOS TEÓRICOS SOBRE AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM.** **2. O pronome de tratamento "VOCÊ" enuncia uma mensagem para um interlocutor direto.** **Na Língua Portuguesa, o pronome de tratamento "você" é utilizado para se dirigir diretamente à pessoa com quem se fala (o interlocutor direto).** **O QUE COMPROVA QUE O INTERLOCUTOR ESTÁ EM EVIDÊNCIA. DESSA FORMA, A ÚNICA FUNÇÃO PREDOMINANTE É A "AZPELATIVA OU CONATIVA"** **Explicação – Na Função Apelativa – o Interlocutor está em evidência.** **"Você já observou que tudo o que fazemos com outras pessoas depende de confiança"?**	

		(https://www.educamaisbrasil.com.br/funcoes-da-linguagem/) **(https://www.sóportugues.com.br/funcoes-da-linguagem/)** **(https://www.clubedoportugues.com.br/ funcoes-da-linguagem/)** **(https://www.brasilescola.com.br/ funcoes-da-linguagem/)** **3. DE FORMA ÉTICA, CUIDADOSA E GENTIL, A BANCA EXAMINADORA PEDE QUE OS CANDIDATOS IMPETRANTES ANALISEM TUDO O QUE FOI EXPLICADO À LUZ DA GRAMÁTICA NORMATIVA DA LINGUA PORTUGUESA, PARA EVITAR EQUÍVOCOS FUTUROS.** **4. VAMOS RELER A QUESTÃO 03, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE APENAS A "ALTERNATIVA A" PODE RESPONDER AO QUE SE PEDE NO COMANDO DA QUESTÃO.** 03) Funções da linguagem são formas de uso da língua segundo a intenção do falante, divididas em seis tipos: Referencial. Emotiva. Apelativa. Fática ou de contato. Poética. Metalinguística. Os tipos são baseados nos elementos da comunicação (emissor, receptor, mensagem, código, canal e contexto). Elas focam em diferentes aspectos para alcançar um objetivo comunicativo, como informar, expressar emoções, persuadir, testar o canal, criar arte ou explicar o próprio código. **(https://www.todamateria.com.br/funcoes-da-linguagem/)** Com base nas características das funções da linguagem enunciadas, marque a função que predomina no trecho transcrito a seguir: "Você já observou que tudo o que fazemos com outras pessoas depende de confiança"? (A) Poética. (B) Metalinguística. (C) Emotiva. (D) Apelativa. (E) Fática ou de contato. 5. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
06	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 06 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO POSSUI QUATRO ASSERTIVAS E QUE APENAS UMA (I) ESTÁ ERRADA, CONFORME EXPLICAMOS A SEGUIR:** **ASSERTIVA I – ESTÁ ERRADA, PORQUE EXISTE ÊNCLISE, PORÉM O VERBO ESTÁ CONJUGADO NO TEMPO PRESENTE DO MODO SUBJUNTIVO. O QUE CHAMA A ATENÇÃO DA BANCA EXAMINADORA É QUE O/A IMPETRANTE CONCORDA COM O ERRO DA ASSERTIVA I. MAS TENTA DESCARACTERIZAR O QUE SE COBRA NA ASSERTIVA III.** **Modo Subjuntivo (Conjuntivo) – TEMPO PRESENTE:** **Que eu me sinta / Que tu te sintas / Que ele/ela/você se sinta / Que nós nos sintamos / Que vós vos sintais / Que eles/elas/vocês se sintam.** **(https://www.conjugacao.com.br/verbo-sentir-se/ - pronominal.)** **ASSERTIVA III – EQUIVOCADAMENTE, FOI CITADA PELO/A IMPETRANTE, QUE DEMONSTROU NÃO TER ENTENDIDO QUE O FOCO DE COBRANÇA DA REFERIDA ASSERTIVA É A IDENTIFICAÇÃO DA CATEGORIA GRAMATICAL E NÃO A CLASSIFICAÇÃO DOS PRONOMES SEPARADAMENTE.** **ASSIM SENDO, A ASSERTIVA III ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETA, INEXISTINDO MOTIVO PARA QUALQUER TIPO DE QUESTIONAMENTO.** **2. AMPLIANDO OS ESCLARECIMENTOS SOBRE A ASSERTIVA III – NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PROVA DO NIVEL MÉDIO, PUBLICADO OFICIALMENTE, ESTÁ ESCRITO O TERMO "Morfossintaxe"**	

		O que envolve a Morfossintaxe? **Morfologia: Estuda a palavra de forma isolada, identificando a sua** classe gramatical **(por exemplo: substantivo, adjetivo, verbo, artigo, pronome, advérbio, preposição, conjunção ou interjeição) e as suas flexões (gênero, número, tempo).** **Sintaxe: Estuda a palavra no contexto da frase, definindo a** função sintática **que ela desempenha (por exemplo: sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjunto adnominal, predicativo) e como se liga aos outros termos.** **(https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-e-morfossintaxe.htm)** **(https://educamaisbrasil.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-e-morfossintaxe.htm)** **(https://todamateria.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-e-morfossintaxe.htm)** **(https://soportugues.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-e-morfossintaxe.htm)** **3. DE FORMA ÉTICA, CUIDADOSA E GENTIL, A BANCA EXAMINADORA PEDE QUE OS CANDIDATOS IMPETRANTES ANALISEM TUDO O QUE FOI EXPLICADO À LUZ DA GRAMÁTICA NORMATIVA DA LINGUA PORTUGUESA, PARA EVITAR EQUÍVOCOS FUTUROS.** **4. VAMOS RELER A QUESTÃO 06, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE APENAS A "ALTERNATIVA D" ESTÁ COM A SEQUÊNCIA CORRETA (F; V; V; V), LOGO, É A ÚNICA QUE PODE RESPONDER AO QUE SE PEDE NO COMANDO DA QUESTÃO.** 06) Analise as assertivas com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Após análise, marque a alternativa com a série correta. ( ) A oração: "Para que os envolvidos numa relação sintam-se seguros" está escrita com um exemplo de ênclise e com o verbo conjugado no pretérito perfeito do modo indicativo. ( ) A oração absoluta do período simples: "Ética é importante no rol da confiança" tem um adjetivo uniforme polissílabo paroxítono, com função sintática de predicativo do sujeito e exemplos de concordâncias nominais. ( ) Todas as palavras: "isso"; "todas"; "ela"; "outro" são paroxítonas e pertencem à mesma classe gramatical dos pronomes. ( ) A oração: "Ela é resultado natural da convivência ética" – tem os termos essenciais explícitos e dispostos na ordem direta. (A) F; V; F; V. (B) V; V; V; F. (C) V; V; V; V. (D) F; V; V; V. (E) V; F; V; F. 5. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
10	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 10 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:**	

		1. A QUESTÃO POSSUI QUATRO ASSERTIVAS E QUE TODAS ELAS ESTÃO ENUNCIADAS À LUZ DA GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA. **1.1 – VALE RESSALTAR QUE INEXISTE QUALQUER TIPO DE AMBIGUIDADE EM NENHUMA DELAS.** **1.2 – EXISTE TOTAL CLAREZA PARA QUE CADA CANDIDATO SE ATENHA AO QUE SE COBRA EM TODAS ELAS.** **ASSERTIVA I – A conjunção da oração: "Mas, se o outro também precisa acreditar em nós" enuncia ideia condicional. ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETA.** **VAMOS REVER AS CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS CONDICIONAIS:** A conjunção subordinativa condicional enuncia uma condição, uma hipótese ou uma possibilidade indispensável para que o fato expresso na oração principal possa ou não se concretizar. **Principais exemplos de conjunções e locuções condicionais: Se / Caso / Desde que** (com valor de condição) / **Contanto que / A menos que / A não ser que / Salvo se.** **(**https://www.todamateria.com.br/conjuncoes-subordinativas/**)** **(**https://www.educamaisbrasil.com.br/conjuncoes-subordinativas/**)** **(**https://www.soportugues.com.br/conjuncoes-subordinativas/**)** **(https://www.brasilescola.com.br/conjuncoes-subordinativas/)** **ASSERTIVA II – A oração: "Buscamos resultados, consequências, continuidades" – tem sujeito desinencial ou elíptico; as vírgulas separam termos da mesma função sintática: três núcleos do objeto direto de "buscamos" que formam uma enumeração. - ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETA. - inexiste o que contestar, porque tudo está em conformidade com os preceitos gramaticais da língua portuguesa.** **ASSERTIVA III – Entre os componentes do período: "Sem confiança, como poderíamos caminhar em direção a qualquer objetivo comum?" - temos: um adjunto adverbial de modo, dissílabo paroxítono, modificando a locução verbal "poderíamos caminhar"; temos também um pronome indefinido que faz plural interno. - ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETA. - inexiste o que contestar, porque tudo está em conformidade com os preceitos gramaticais da língua portuguesa.** **ASSERTIVA IV – Se a frase interrogativa nominal: "Curioso, não?" - fosse transformada em duas orações, teríamos que escrever assim: "isso é curioso" e "não é curioso?". – a frase nominal, sendo transformada em oração, ela passa a ter verbo, portanto, o raciocínio está em conformidade com as regras da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) - ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETA.** **2.SUGERIMOS QUE O/A IMPETRANTE DO RECURSO CONSULTE, PESQUISE E ESTUDE EM TÍTULOS BIBLIOGRÁFICOS DA GRAMATICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – (NGB) – NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA.** **2.1.Novíssima Gramática da Língua Portuguesa – CEGALLA, Domingos Paschoal.** **2.2.Moderna Gramática Portuguesa** - Evanildo Bechara. **2.3.Gramática Normativa da Língua Portuguesa** - Carlos Henrique da Rocha Lima. **2.4.Nova Gramática do Português Contemporâneo** - Celso Cunha e Lindley Cintra. **2**.5. **Gramática Da Língua Portuguesa. Roberto Melo Mesquita. Scipione. São Paulo.**	

		2.6. Gramática Metódica da Língua Portuguesa - Napoleão Mendes de Almeida. **2.7.Gramática Escolar da Língua Portuguesa** – BECHARA, Evanildo. **2.8.Gramática da Língua Portuguesa: Manual de Estudos** - Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante. **2.9.Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos** - Rodrigo Bezerra. **2.10.Gramática Completa para Concursos e Vestibulares** - Nilson Teixeira de Almeida. **3. DE FORMA ÉTICA, CUIDADOSA E GENTIL, A BANCA EXAMINADORA PEDE QUE OS CANDIDATOS IMPETRANTES ANALISEM TUDO O QUE FOI EXPLICADO À LUZ DA GRAMÁTICA NORMATIVA DA LINGUA PORTUGUESA, PARA EVITAR EQUÍVOCOS FUTUROS.** **4. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 10, COM ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE O ABARITO ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETO.** 10) Analise as assertivas com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Após análise, marque a alternativa com a série correta. **( ) A conjunção da oração: "Mas, se o outro também precisa acreditar em nós" enuncia ideia condicional.** **( ) A oração: "Buscamos resultados, consequências, continuidades" – tem sujeito desinencial ou elíptico; as vírgulas separam termos da mesma função sintática: três núcleos do objeto direto de "buscamos" que formam uma enumeração** **( ) Entre os componentes do período: "Sem confiança, como poderíamos caminhar em direção a qualquer objetivo comum?" - temos: um adjunto adverbial de modo, dissílabo paroxítono, modificando a locução verbal "poderíamos caminhar"; temos também um pronome indefinido que faz plural interno.** **( ) Se a frase interrogativa nominal: "Curioso, não?" - fosse transformada em duas orações, teríamos que escrever assim: "isso é curioso" e "não é curioso?".** (A) F; V; V; V. (B) V; F; V; F. (C) F; V; F; V. (D) V; V; V; F. (E) V; V; V; V. 5. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

MATEMÁTICA / ENSINO MÉDIO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
12	INDEFERIDO	Trata-se de análise de recurso interposto contra a Questão 12 da prova para o cargo de Assistente Administrativo, cujo gabarito preliminar apontou a alternativa A (V, V, V, F, V, F) como correta. O candidato sustenta que a segunda assertiva conteria a expressão "48 + 38 - 18", gerando resultado 68 e não 65, razão pela qual nenhuma alternativa corresponderia à sequência correta, requerendo a anulação da questão. Conforme consta no recurso apresentado, o recorrente afirma que a segunda afirmativa estaria incorreta porque utilizaria o número 38 em vez de 35. ANÁLISE TÉCNICA DA QUESTÃO O enunciado informa: Armário A = 48 cadernos; Armário B = 35 cadernos; Armário C = 27 cadernos. Primeira afirmativa: "A quantidade inicialmente registrada nos três armários pertence ao conjunto dos números naturais e corresponde a 110 cadernos." Cálculo: 48 + 35 + 27 = 110 Como 110 ∈ N (conjunto dos números naturais), a afirmativa é VERDADEIRA. Segunda afirmativa: "A expressão 48 + 35 − 18 representa a quantidade restante nos armários A e B após a retirada de 18 cadernos, resultando em 65 unidades." Cálculo: 48 + 35 = 83 83 − 18 = 65 Logo, o resultado apresentado está correto. A afirmativa é VERDADEIRA. OBSERVAÇÃO SOBRE O RECURSO O candidato fundamenta toda sua argumentação na existência da expressão "48 + 38 − 18". Entretanto, a redação da questão disponibilizada apresenta claramente: 48 + 35 − 18 Portanto, o recorrente baseia sua impugnação em dado diverso daquele constante na questão. Terceira afirmativa: "Depois das duas retiradas, a expressão (48 + 35 + 27) − (18 + 12) fornece uma quantidade restante de 80 cadernos." Cálculo: 48 + 35 + 27 = 110 18 + 12 = 30 110 − 30 = 80 A afirmativa é VERDADEIRA. Quarta afirmativa: "O resultado de 35 − 48 pertence ao conjunto dos números naturais, pois a operação envolve duas quantidades inicialmente registradas no estoque." Cálculo: 35 − 48 = -13 O resultado pertence ao conjunto dos inteiros (Z), mas não ao conjunto dos naturais (N). A afirmativa é FALSA. Quinta afirmativa: "Na expressão 27 + 18 ÷ 3, o resultado é 33, considerando a ordem convencional das operações." Pela regra da precedência operacional: 18 ÷ 3 = 6 27 + 6 = 33	

		A afirmativa é VERDADEIRA. Sexta afirmativa: "O resultado da expressão 48 + 35 − 27 pertence ao conjunto dos números inteiros, mas não pertence ao conjunto dos números naturais." Cálculo: 48 + 35 − 27 = 56 Como 56 ∈ N e todo número natural também pertence a Z: 56 ∈ N e 56 ∈ Z Logo, é falsa a afirmação de que o resultado não pertence aos naturais. A afirmativa é FALSA. Sequência Correta V, V, V, F, V, F, correspondente à alternativa (A) FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA A jurisprudência consolidada dos tribunais superiores estabelece que a intervenção da banca examinadora somente se justifica quando demonstrado erro material evidente, ambiguidade insanável, ausência de alternativa correta ou afronta ao conteúdo programático do edital. No caso em análise: • há apenas uma alternativa compatível com os cálculos matemáticos; • não existe ambiguidade interpretativa; • não se verifica erro conceitual relativo aos conjuntos numéricos; • a ordem das operações foi corretamente aplicada; • o recurso não demonstra defeito da questão, mas parte de uma leitura equivocada do enunciado. Assim, aplica-se o princípio da deferência técnica à banca examinadora, segundo o qual a correção do conteúdo acadêmico compete primariamente à comissão responsável pelo certame. Não havendo vício de legalidade, razoabilidade ou objetividade, inexiste fundamento para anulação. CONCLUSÃO RECURSO INDEFERIDO, manutenção do gabarito preliminar da questão 12, alternativa A (V, V, V, F, V, F). A alegação do candidato não merece acolhimento porque está baseada na premissa de que a segunda assertiva conteria a expressão "48 + 38 − 18". Todavia, a questão apresenta a expressão "48 + 35 − 18", cujo resultado é efetivamente 65. Todas as demais assertivas também conduzem à sequência V, V, V, F, V, F, havendo uma única alternativa correta. Consequentemente, não se verifica erro material, nulidade, ambiguidade ou ausência de resposta correta que justifique a anulação da questão. BIBLIOGRAFIA IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, David Mauro. Matemática: Ciência e Aplicações. 9. ed. São Paulo: Saraiva. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar, v. 1: Conjuntos e Funções. São Paulo: Atual Editora. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. São Paulo: Ática. GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto. Matemática Completa. São Paulo: FTD. ÁVILA, Geraldo. Introdução à Análise Matemática. São Paulo: Blucher. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros. MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.	

13	INDEFERIDO	Trata-se de recurso administrativo interposto contra o gabarito preliminar da Questão 13 da prova para o cargo de Assistente Administrativo. O candidato afirma que a sequência correta seria "1, 2, 3, 4, 5", correspondente à alternativa E, e requer a anulação da questão. Como fundamento, apresenta apenas o cálculo da situação nº 5, demonstrando que: 450 − (3 × 48) + 24 = 330 folhas. NÃO APRESENTA QUALQUER IMPUGNAÇÃO QUANTO ÀS DEMAIS ASSOCIAÇÕES CONSTANTES DA QUESTÃO. ANÁLISE TÉCNICA A questão exige a associação entre os itens da Coluna I e os respectivos resultados da Coluna II. Item 1: Um almoxarifado recebeu 360 unidades de determinado material. Para registrar sua composição multiplicativa, a quantidade foi decomposta em fatores primos. Decomposição de 360: 360 = 36 × 10 36 = $2^2 \times 3^2$ 10 = 2 × 5 Logo: 360 = $2^3 \times 3^2 \times 5$ Correspondência: $2^3 \times 3^2 \times 5$ Portanto: Item 1 → primeira opção da Coluna II Item 2: Uma remessa contém 84 pastas. O responsável deseja identificar quantos divisores naturais distintos possui esse número. Decomposição: 84 = $2^2 \times 3 \times 7$ Número de divisores: (2 + 1)(1 + 1)(1 + 1) = 3 × 2 × 2 = 12 Correspondência: 12 divisores naturais Portanto: Item 2 → segunda opção da Coluna II Item 3: Dois setores receberam 126 e 210 formulários. Procura-se a maior quantidade que pode compor grupos iguais sem sobra. Trata-se do Máximo Divisor Comum (MDC). 126 = $2 \times 3^2 \times 7$ 210 = $2 \times 3 \times 5 \times 7$ MDC = $2 \times 3 \times 7$ MDC = 42 Correspondência: 42 unidades Portanto: Item 3 → terceira opção da Coluna II Item 4: Uma conferência ocorre a cada 8 dias e outra a cada 12 dias. Procura-se o primeiro intervalo, após 50 dias, em que coincidam. Calcula-se o MMC: 8 = 2^3 12 = $2^2 \times 3$ MMC = $2^3 \times 3$ MMC = 24 As coincidências ocorrerão em: 24 dias, 48 dias, 72 dias, 96 dias... O primeiro intervalo superior a 50 é: 72 dias Portanto: Item 4 → quarta opção da Coluna II Item 5: Havia 450 folhas. Foram utilizadas 3 caixas com 48 folhas cada e chegaram posteriormente 24 folhas. Cálculo: 3 × 48 = 144 450 − 144 = 306 306 + 24 = 330 Correspondência: 330 folhas	

		Portanto: Item 5 → quinta opção da Coluna II A DEMONSTRAÇÃO APRESENTADA PELO PRÓPRIO RECORRENTE CONFIRMA A CORREÇÃO DESSE ITEM. Sequência: 1, 2, 3, 4, 5 Alternativa:(E) ANÁLISE DO RECURSO O recurso não demonstra qualquer erro material, matemático ou conceitual na questão. Ao contrário, a única operação efetivamente desenvolvida pelo candidato refere-se ao Item 5, chegando exatamente ao resultado previsto na Coluna II: 450 − (3 × 48) + 24 = 330 folhas. Além disso: a) o candidato não demonstra incompatibilidade entre as colunas; b) não aponta existência de mais de uma alternativa correta; c) não demonstra erro de cálculo; d) não comprova ambiguidade do enunciado; e) não identifica divergência entre conteúdo cobrado e edital. Dessa forma, o próprio raciocínio do recorrente confirma a validade de uma das associações constantes da alternativa considerada correta pelo gabarito. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA Segundo a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o controle administrativo ou judicial sobre questões de concurso público restringe-se à verificação de legalidade, não cabendo substituir a banca examinadora quando houver apenas discordância do candidato acerca da solução adotada. A anulação de questão somente se justifica quando houver: • erro material evidente; • inexistência de alternativa correta; • duplicidade de respostas corretas; • incompatibilidade com o edital; • ambiguidade insanável. NENHUMA DESSAS HIPÓTESES ESTÁ PRESENTE NO CASO CONCRETO. A questão possui solução única, objetiva e compatível com a doutrina matemática elementar acerca de fatoração, divisores, MMC, MDC e expressões numéricas. CONCLUSÃO RECURSO INDEFERIDO, manutenção do gabarito preliminar da Questão 13 na alternativa E. A associação correta entre as colunas é: 1, 2, 3, 4, 5, correspondente à alternativa E, inexistindo erro material, ambiguidade, multiplicidade de respostas ou qualquer outro vício capaz de justificar sua anulação. O próprio cálculo apresentado pelo recorrente confirma uma das correspondências da alternativa indicada pela banca. Bibliografia: IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, David Mauro. Matemática: Ciência e Aplicações. 9. ed. São Paulo: Saraiva. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar. Volume 1: Conjuntos e Funções. São Paulo: Atual Editora. IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar. Volume 6: Complexos, Polinômios e Equações. São Paulo: Atual Editora. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. São Paulo: Ática. GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto. Matemática Completa. São Paulo: FTD. PAIVA, Manoel. Matemática: Paiva. São Paulo: Moderna. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.	

		DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros. MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.	

INFORMÁTICA / ENSINO MÉDIO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
16	INDEFERIDO	O candidato interpôs recurso contra o gabarito preliminar da questão 16, solicitando sua anulação e a atribuição dos respectivos pontos a todos os candidatos. Em síntese, sustenta que as alternativas A, C e D apresentam erros conceituais evidentes, enquanto a alternativa E generaliza indevidamente as categorias funcionais dos equipamentos descritos no enunciado. A questão apresenta uma situação administrativa em que são utilizados três equipamentos: um computador de mesa, um notebook e um equipamento compacto destinado à disponibilização de arquivos e à execução de serviços compartilhados na rede interna. O enunciado também menciona aplicativos de escritório, armazenamento em nuvem e ferramentas de videoconferência. A alternativa B afirma que hardware corresponde aos componentes físicos do sistema computacional, software compreende programas e instruções executados pelo equipamento, aplicativos de escritório e videoconferência constituem software aplicativo e o armazenamento em nuvem representa um serviço computacional acessado por recursos de rede. Cabe verificar se a alternativa B está tecnicamente correta, se as demais opções apresentam erros e se a redação do item contém algum vício que justifique a anulação. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E TEÓRICA **ANÁLISE DA ALTERNATIVA A** A alternativa A afirma que computadores de mesa e notebooks são dispositivos de entrada porque permitem a interação do usuário com os aplicativos e que o equipamento destinado aos serviços de rede exerce a função de periférico de armazenamento por permanecer conectado aos demais computadores. A alternativa está incorreta por dois motivos: Primeiramente, computadores de mesa e notebooks são sistemas computacionais completos, não dispositivos de entrada. Embora incorporem ou utilizem dispositivos de entrada, como teclado, mouse, touchpad, microfone e câmera, sua classificação não se reduz a essa função. O computador processa dados, executa programas, armazena informações e realiza operações de entrada e saída. O notebook mantém essas funções em uma estrutura portátil, enquanto o computador de mesa normalmente é destinado à utilização em um posto de trabalho fixo. Em segundo lugar, um equipamento que disponibiliza arquivos e executa serviços compartilhados na rede pode atuar como servidor. A função de servidor decorre dos serviços oferecidos aos demais dispositivos, e não simplesmente de sua conexão física à rede. Um servidor pode utilizar unidades de armazenamento, mas isso não significa que o equipamento inteiro seja um periférico de armazenamento. A alternativa confunde a função de um sistema computacional com a de um componente ou dispositivo específico. A literatura de arquitetura e organização de computadores distingue sistemas computacionais, dispositivos de entrada e saída e unidades de armazenamento conforme suas características e funções. Essa distinção é compatível com a abordagem de William Stallings em Arquitetura e organização de computadores. Conclusão: alternativa A incorreta. O candidato reconhece corretamente a existência de erros conceituais nessa opção, mas isso não demonstra que a questão deva ser anulada.	

		ANÁLISE DA ALTERNATIVA B A alternativa B afirma que o hardware corresponde aos componentes físicos do sistema computacional, enquanto o software compreende programas e instruções executados pelo equipamento; nesse cenário, aplicativos de escritório e videoconferência constituem software aplicativo, e o armazenamento em nuvem representa um serviço computacional acessado por meio de recursos de rede. A alternativa está correta. A proposição reúne quatro conceitos compatíveis com os fundamentos da Informática. a) Hardware Hardware corresponde à parte física do sistema computacional, incluindo processador, memória, placa-mãe, unidades de armazenamento, teclado, monitor e outros componentes. O computador de mesa, o notebook e o equipamento compacto destinado aos serviços de rede são equipamentos físicos, ainda que tenham características construtivas e finalidades operacionais diferentes. b) Software Software compreende programas, instruções e componentes lógicos que permitem executar operações no sistema computacional. Inclui sistemas operacionais, utilitários e aplicativos. A distinção entre hardware e software é fundamental: o primeiro corresponde à estrutura física; o segundo, aos programas e às instruções utilizados para realizar tarefas. c) Aplicativos de escritório e videoconferência Aplicativos de escritório, como processadores de texto e planilhas eletrônicas, são exemplos de software aplicativo. Ferramentas de videoconferência também pertencem a essa categoria quando disponibilizam funcionalidades diretamente utilizadas pelo usuário. Esses programas dependem dos recursos físicos e do sistema operacional para funcionar, mas essa dependência não os transforma em hardware. d) Armazenamento em nuvem O armazenamento em nuvem permite guardar e recuperar dados por meio de recursos computacionais disponibilizados em infraestrutura acessível pela rede. Conforme a solução utilizada, os arquivos podem ser acessados por navegador, aplicativo específico ou integração com o sistema operacional. A expressão empregada na alternativa “serviço computacional acessado por meio de recursos de rede” é suficientemente abrangente e tecnicamente adequada. Ela não afirma que todo armazenamento em nuvem funciona da mesma forma, nem confunde o serviço remoto com os componentes físicos existentes no equipamento do usuário. A classificação está alinhada aos conceitos de sistemas computacionais e software apresentados na literatura técnica, bem como à distinção entre os componentes físicos, os programas e os serviços acessados pela rede. Conclusão: alternativa B correta. Sua redação apresenta conceitos compatíveis entre si e responde diretamente ao comando da questão. **ANÁLISE DA ALTERNATIVA C** A alternativa C afirma que o notebook tem finalidade predominantemente voltada à execução de serviços de rede, enquanto o equipamento compacto destinado ao compartilhamento de arquivos pode ser tratado como software de sistema por controlar os recursos disponibilizados aos demais usuários. A alternativa está incorreta por inversão conceitual. O notebook é um computador portátil, geralmente destinado a atividades que exigem mobilidade, como elaboração de documentos, participação em reuniões e acesso a sistemas corporativos em diferentes ambientes. Ele também pode executar serviços de rede, desde que configurado para isso, mas essa possibilidade não corresponde à sua finalidade predominantemente	

característica.
O equipamento compacto descrito no enunciado pode ser um computador físico configurado para atuar como servidor. Mesmo quando administra recursos e disponibiliza serviços aos usuários, continua sendo hardware.
O software de sistema, por sua vez, compreende programas que gerenciam ou dão suporte à operação do computador, como sistemas operacionais e determinados utilitários. O equipamento físico não se transforma em software pelo fato de executar funções de gerenciamento.
A alternativa confunde, portanto, o equipamento que presta o serviço com o programa responsável por executar ou administrar esse serviço.
Conclusão: alternativa C incorreta. O argumento do recorrente quanto à existência de erro conceitual nessa opção é procedente, mas não fundamenta a anulação, pois a alternativa não é indicada pelo gabarito.

ANÁLISE DA ALTERNATIVA D

A alternativa D afirma que aplicativos de escritório fazem parte do hardware porque dependem de processador, memória e armazenamento para funcionar, além de sustentar que serviços em nuvem substituem esses componentes físicos e dispensam sistemas operacionais nos equipamentos dos usuários.
A alternativa está incorreta em seus dois segmentos:
O fato de um programa depender de componentes físicos para ser executado não altera sua classificação. Um aplicativo continua sendo software mesmo quando utiliza processador, memória RAM e armazenamento.
A dependência funcional entre hardware e software não significa identidade conceitual. São categorias distintas, ainda que complementares.
Também é incorreto afirmar que os serviços em nuvem substituem os componentes físicos dos equipamentos dos usuários. A nuvem permite utilizar recursos e serviços disponibilizados por infraestrutura remota, mas o acesso a esses recursos continua dependendo de um dispositivo de acesso, de conectividade e de mecanismos de software apropriados.
Em particular, o uso de armazenamento em nuvem não elimina a necessidade de sistema operacional em um computador convencional. Mesmo quando o usuário acessa um serviço por navegador, há software local responsável por executar o navegador e viabilizar a comunicação com a rede.
Conclusão: alternativa D incorreta. Os erros identificados são objetivos e não comprometem a validade da alternativa B.

ANÁLISE DA ALTERNATIVA E

A alternativa E afirma que computadores de mesa, notebooks e equipamentos destinados a serviços de rede pertencem à mesma categoria funcional por utilizarem processador, memória e armazenamento, de modo que a escolha entre eles depende principalmente do aplicativo instalado.
A alternativa está incorreta, embora contenha uma premissa parcialmente verdadeira.
É correto afirmar que esses equipamentos utilizam componentes computacionais semelhantes. Dependendo da configuração, todos podem conter processador, memória, armazenamento, interfaces de rede e sistema operacional, entretanto, a presença de componentes comuns não determina que os equipamentos pertençam à mesma categoria funcional.
O computador de mesa é frequentemente empregado em postos de trabalho fixos; o notebook privilegia a mobilidade; e o equipamento destinado a serviços de rede pode ser configurado para disponibilizar arquivos, autenticar usuários, hospedar aplicações ou executar outros serviços compartilhados.
Além disso, a escolha de um equipamento não depende principalmente do aplicativo instalado, como afirma a alternativa. Deve considerar os requisitos da tarefa, a capacidade de processamento, a memória, o armazenamento, a conectividade, a mobilidade, a disponibilidade, a escalabilidade e a finalidade

		operacional. É importante distinguir arquitetura computacional comum de função operacional. Equipamentos com componentes semelhantes podem desempenhar funções diferentes. Um notebook pode ser configurado como servidor, assim como um computador de mesa pode executar serviços de rede, mas essas possibilidades não tornam equivalentes suas finalidades típicas nem dispensam a análise dos requisitos de utilização. O próprio enunciado diferencia as funções dos equipamentos: elaboração de documentos e planilhas no computador de mesa, mobilidade no notebook e disponibilização de arquivos e execução de serviços compartilhados no equipamento compacto. Essa contextualização permite compreender a diferença funcional sem exigir que os equipamentos tenham arquiteturas físicas inteiramente distintas. Conclusão: alternativa E incorreta. A crítica do candidato identifica uma generalização inadequada nessa opção, mas não demonstra a existência de uma segunda resposta correta ou de um defeito que torne a questão insuscetível de correção. Síntese da análise das alternativas A - Incorreta: Confunde computadores completos com dispositivos de entrada e servidor com periférico de armazenamento. B - Correta: Distingue adequadamente hardware, software aplicativo e serviço de armazenamento em nuvem. C - Incorreta: Confunde a finalidade típica do notebook e classifica indevidamente um equipamento físico como software. D - Incorreta: Confunde software com hardware e atribui à nuvem a substituição de componentes físicos e sistemas operacionais. E - Incorreta: Confunde o uso de componentes semelhantes com identidade funcional e simplifica indevidamente os critérios de escolha. A análise demonstra que a alternativa B é a única que atende integralmente ao comando da questão. Fundamentação jurídico-administrativa O artigo 37, caput, da Constituição Federal determina que a Administração Pública observe, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. O inciso II do mesmo artigo estabelece a exigência de concurso público para a investidura em cargos e empregos públicos, ressalvadas as hipóteses constitucionais. No contexto de uma prova objetiva, esses princípios exigem critérios de correção objetivos e uniformes, compatíveis com o edital e com o conteúdo programático. A questão deve ser examinada a partir de seu enunciado e das alternativas efetivamente apresentadas. Não basta demonstrar que determinadas opções são incorretas, pois essa é uma característica normal de questões de múltipla escolha. É necessário demonstrar que o gabarito está errado ou que há um vício relevante que compromete a possibilidade de identificar a resposta correta. No caso analisado, a alternativa B apresenta uma proposição conceitualmente consistente e compatível com o conteúdo exigido. Motivação e análise do recurso administrativo O artigo 50, incisos III e V, da Lei nº 9.784/1999 prevê a motivação dos atos administrativos que decidam processos de concurso ou seleção pública e recursos administrativos. O § 1º exige motivação explícita, clara e congruente. A Lei nº 9.784/1999 regula diretamente o processo administrativo federal e, portanto, sua aplicação à Câmara Municipal depende da legislação pertinente e das regras aplicáveis ao certame. Seus parâmetros de motivação, contudo, são referências úteis para a elaboração de uma decisão	

		administrativa fundamentada, sem pressupor sua incidência direta e automática sobre todo órgão municipal. No presente caso, a motivação para o indeferimento deve explicitar que: 1. a alternativa B está tecnicamente correta; 2. as alternativas A, C e D contêm erros conceituais; 3. a alternativa E apresenta generalização inadequada; 4. os erros das alternativas distratoras não tornam incorreta a resposta oficial; 5. não foi identificado vício que impeça a escolha de uma única alternativa correta. Essa fundamentação atende à necessidade de uma resposta objetiva aos argumentos apresentados pelo candidato. Critério para manutenção ou anulação da questão A anulação de questão objetiva é justificável quando existe defeito relevante, como ausência de alternativa correta, pluralidade de respostas igualmente corretas, ambiguidade substancial ou incompatibilidade material com o conteúdo exigido. No presente caso, a análise não identificou nenhum desses problemas. O candidato sustenta que algumas alternativas contêm erros conceituais e que a alternativa E generaliza as características dos equipamentos. A constatação dessas falhas, porém, não conduz à anulação. Pelo contrário, as falhas identificadas permitem distinguir as alternativas incorretas daquela que apresenta a formulação tecnicamente adequada. A alternativa E merece atenção especial porque reconhece que os equipamentos compartilham componentes básicos. Essa premissa é verdadeira, mas a conclusão de que, por esse motivo, pertencem à mesma categoria funcional e devem ser escolhidos principalmente em função do aplicativo instalado não decorre logicamente dela. Assim, não há equivalência entre reconhecer que equipamentos compartilham componentes e afirmar que desempenham a mesma função predominante. A decisão administrativa deve corrigir eventual erro comprovado, mas não deve anular uma questão apenas porque as alternativas incorretas contêm proposições que podem ser parcialmente verdadeiras em algum aspecto. O exame deve considerar a proposição completa, e não apenas um de seus fragmentos. Limites do controle da banca examinadora A banca examinadora deve rever o gabarito quando houver erro material ou técnico demonstrado. A manutenção da resposta oficial, por sua vez, é legítima quando a análise fundamentada confirma que a alternativa indicada corresponde ao conhecimento exigido. A conclusão deste parecer não decorre de uma presunção de infalibilidade da banca, mas da verificação individual das alternativas. A alternativa B não apresenta contradição interna nem depende de uma interpretação excepcional para ser considerada correta. As demais alternativas contêm erros que podem ser identificados a partir das definições usuais de hardware, software, computadores e serviços de rede. Consequentemente, não há fundamento técnico-jurídico demonstrado para alterar o gabarito ou anular o item. **Conclusão** Após examinar o recurso e a questão 16, conclui-se que a alternativa B apresenta definição tecnicamente adequada de hardware e software, classifica corretamente os aplicativos de escritório e videoconferência como software aplicativo e caracteriza de forma válida o armazenamento em nuvem como serviço acessado por recursos de rede. As alternativas A, C e D contêm erros conceituais. A alternativa E também é incorreta porque a utilização de componentes computacionais semelhantes	

		não torna os equipamentos funcionalmente equivalentes, tampouco permite afirmar que sua escolha depende principalmente do aplicativo instalado. O recurso não demonstra que a alternativa B esteja errada, que outra alternativa também seja integralmente correta ou que exista ambiguidade substancial capaz de impedir a identificação da resposta adequada. Diante do exposto, RECURSO INDEFERIFO, com manutenção do gabarito oficial da questão 16 - alternativa B. **BIBLIOGRAFIA PESQUISADA** 1. STALLINGS, William. Computer Organization and Architecture: Designing for Performance. 11. ed. Pearson, 2019. 2. TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Modern Operating Systems. 5. ed. Pearson, 2022. 3. STALLINGS, William. Computer Security: Principles and Practice. 4. ed. Pearson, 2018. 4. FOROUZAN, Behrouz A.; MOSHARRAF, Firouz. Foundations of Computer Science. 2. ed. Cengage Learning, 2011.	
17	INDEFERIDO	Trata-se de recurso interposto contra o gabarito preliminar da questão 17, na qual o candidato requer a anulação do item e a atribuição dos pontos correspondentes a todos os concorrentes. A questão apresenta uma situação administrativa envolvendo a organização de documentos distribuídos entre diferentes pastas do Windows. São examinadas operações do Explorador de Arquivos, movimentação e cópia de arquivos, extensões, exclusão de pastas, pesquisa de arquivos e aplicativos e criação de diretórios. O gabarito oficial considera verdadeiras as afirmativas I, II, III e V, correspondentes à alternativa A. O recurso menciona os temas abordados, mas não apresenta forma embasada teoricamente e de suficientemente legível e individualizada, uma demonstração técnica que permita identificar um erro específico no gabarito. A análise a seguir verifica cada afirmativa e examina se há fundamento técnico ou jurídico para alterar a resposta oficial ou anular a questão. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E TEÓRICA **AFIRMATIVA I - EXPLORADOR DE ARQUIVOS** A afirmativa I estabelece: O Explorador de Arquivos permite navegar por unidades e pastas, além de realizar operações como copiar, mover, renomear e excluir arquivos e pastas. Classificação: VERDADEIRA. O Explorador de Arquivos é o recurso do Windows destinado à navegação e ao gerenciamento de arquivos e pastas. Por meio dele, o usuário pode acessar unidades de armazenamento, percorrer diretórios e executar operações de organização de informações. Entre as operações disponíveis estão: - copiar arquivos e pastas; - mover itens entre locais; - renomear arquivos e diretórios; - excluir itens; - criar novas pastas; - consultar propriedades e informações dos arquivos. A disponibilidade de determinadas operações pode depender das permissões de acesso, da localização do arquivo e das características do sistema de arquivos. Essas condições, entretanto, não invalidam a afirmação geral apresentada no item. A afirmativa não sustenta que todas as operações estarão sempre disponíveis, independentemente de permissões ou restrições. Limita-se a descrever as funções usuais do Explorador de Arquivos. Conclusão: afirmativa I correta. **AFIRMATIVA II - RECORTAR, COLAR E COPIAR**	

		A afirmativa II estabelece: Ao utilizar o comando “Recortar” em um arquivo e, posteriormente, “Colar” esse item em outra pasta, o procedimento é utilizado para alterar sua localização, diferentemente da operação de copiar, que mantém o item também no local de origem. Classificação: VERDADEIRA. A proposição distingue corretamente as operações de movimentação e cópia. Em uma operação habitual de movimentação entre pastas, o usuário seleciona o arquivo, utiliza o comando “Recortar” e, no destino, utiliza “Colar”. O objetivo é transferir o item para outra localização, em vez de produzir uma cópia adicional no local de destino. Já a operação de copiar e colar produz uma cópia do arquivo no destino, preservando o item original. É necessário observar que o comportamento técnico de uma movimentação pode variar conforme a localização de origem e destino, o sistema de arquivos e a forma pela qual a operação é executada. Em determinadas situações, a transferência entre volumes pode envolver a criação de uma cópia no destino e a remoção posterior do original. Isso não altera a distinção funcional apresentada na afirmativa: mover altera a localização do item; copiar mantém o original e cria outra ocorrência no destino. A questão trata do procedimento usual de organização de arquivos em pastas, sem afirmar que a operação será realizada de forma idêntica em qualquer circunstância técnica. Conclusão: afirmativa II correta. **AFIRMATIVA III - EXTENSÕES DE ARQUIVOS** A afirmativa III estabelece: A extensão associada ao nome de um arquivo pode fornecer uma indicação do seu tipo e auxiliar na identificação do programa associado à sua abertura, embora a extensão não represente o conteúdo completo do arquivo. Classificação: VERDADEIRA. A extensão corresponde, normalmente, ao sufixo do nome do arquivo situado após o último ponto, como .docx, .xlsx, .pdf e .txt. No Windows, a extensão pode estar associada a um formato de arquivo e a um aplicativo configurado para abri-lo. Por exemplo, arquivos com extensão .xlsx são normalmente associados a planilhas do Microsoft Excel ou a aplicativos compatíveis com esse formato. A afirmativa emprega corretamente a expressão “pode fornecer uma indicação”, em vez de afirmar que a extensão garante a identificação do conteúdo. Essa distinção é relevante porque a extensão pode ser alterada manualmente e não constitui, isoladamente, prova da natureza, da integridade ou da segurança do arquivo. Um arquivo renomeado com uma extensão diferente não se converte necessariamente para o formato correspondente. A extensão auxilia a identificação, mas não descreve todo o conteúdo interno do arquivo nem assegura que ele seja confiável. Conclusão: afirmativa III correta. **AFIRMATIVA IV - EXCLUSÃO DE PASTAS E CÓPIAS DE SEGURANÇA** A afirmativa IV estabelece: A exclusão de uma pasta pelo Explorador de Arquivos transforma seus arquivos em cópias de segurança disponíveis na unidade, permitindo recuperá-los posteriormente por meio da mesma estrutura de pastas. Classificação: FALSA. A afirmativa atribui à exclusão de uma pasta um efeito que não corresponde ao funcionamento normal do Windows. Excluir uma pasta não transforma automaticamente seus arquivos em cópias de segurança. O procedimento remove a pasta e seu conteúdo da localização original, observadas as regras de exclusão aplicáveis.	

		Em situações usuais, os itens excluídos podem ser encaminhados à Lixeira, de onde poderão ser restaurados enquanto permanecerem disponíveis e não tiverem sido removidos definitivamente. Entretanto, a Lixeira não deve ser confundida com um mecanismo completo de cópias de segurança. Há diferenças fundamentais entre os conceitos: - Exclusão: remoção de um item de sua localização ativa. - Lixeira: recurso que pode permitir a restauração de itens excluídos, conforme as circunstâncias. - Cópia de segurança (backup): cópia dos dados mantida com a finalidade de possibilitar sua recuperação em caso de perda, corrupção ou outro incidente. A exclusão também não garante que os arquivos permaneçam recuperáveis posteriormente. A possibilidade de restauração depende de fatores como o uso da Lixeira, a exclusão definitiva, a localização dos arquivos e a existência de cópias de segurança ou outros mecanismos de recuperação. A expressão “transforma seus arquivos em cópias de segurança” é, portanto, tecnicamente incorreta. A eventual possibilidade de restaurar um item excluído não o converte em backup. Conclusão afirmativa IV falsa. **AFIRMATIVA V - PESQUISA DO WINDOWS** A afirmativa V estabelece: A Pesquisa do Windows pode ser utilizada para localizar arquivos, aplicativos e configurações, reduzindo a necessidade de percorrer manualmente todas as pastas do computador. Classificação: VERDADEIRA. O recurso de pesquisa do Windows permite localizar diferentes tipos de itens, incluindo arquivos, aplicativos e configurações do sistema. O usuário pode utilizar a pesquisa disponível na interface do sistema para encontrar programas instalados, localizar documentos e acessar determinadas opções de configuração sem percorrer manualmente todos os diretórios. O alcance e a velocidade da pesquisa dependem de fatores como indexação, localização dos arquivos, permissões de acesso e configuração do sistema. Nem todos os itens serão necessariamente encontrados de forma instantânea, sobretudo quando não estiverem indexados ou quando houver restrições de acesso. A afirmativa, contudo, não promete resultados completos ou imediatos em qualquer circunstância. Afirma apenas que a pesquisa pode ser utilizada para localizar esses elementos e reduzir a necessidade de navegação manual. O emprego do verbo “pode” torna a proposição compatível com o funcionamento usual do recurso. Conclusão: afirmativa V correta. Afirmativa VI - Criação de novas pastas A afirmativa VI estabelece: A criação de uma nova pasta modifica os arquivos que já existem em outras pastas, pois o sistema reorganiza automaticamente esses arquivos para manter uma estrutura única de armazenamento. Classificação: FALSA. A criação de uma nova pasta não provoca, por si só, a movimentação ou a alteração dos arquivos que já estão armazenados em outros diretórios. A operação cria um novo diretório no local selecionado, permitindo que o usuário organize documentos conforme suas necessidades. Os arquivos existentes permanecem em suas localizações, salvo se alguma operação específica for realizada para movê-los, copiá-los, renomeá-los ou excluí-los. Windows não reorganiza automaticamente todos os arquivos do computador para manter uma estrutura única de armazenamento simplesmente porque uma nova pasta foi criada. A organização de diretórios pode ser modificada por ações do usuário ou por programas específicos, mas isso não constitui efeito automático da criação de uma pasta.	

		Conclusão: afirmativa VI falsa. O CONJUNTO DE AFIRMATIVAS VERDADEIRAS É, PORTANTO, I, II, III E V. A alternativa A é a única que corresponde ao conjunto correto de afirmativas. Não se identifica duplicidade de respostas corretas, inexistência de alternativa compatível ou contradição entre o enunciado e o gabarito. Fundamentação jurídico-administrativa O artigo 37, caput, da Constituição Federal estabelece os princípios que regem a Administração Pública, entre eles legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Em concursos públicos, a aplicação desses princípios exige critérios de correção uniformes e compatíveis com o edital, de modo que todos os candidatos sejam avaliados segundo os mesmos parâmetros. Uma questão objetiva deve ser corrigida conforme o conteúdo efetivamente apresentado e os conceitos técnicos aplicáveis. A discordância do candidato, por si só, não determina a anulação; é necessário demonstrar um erro material, uma ambiguidade relevante, a inexistência de resposta correta ou outro vício que comprometa a validade do item. No caso analisado, as seis afirmativas admitem classificação tecnicamente fundamentada. A alternativa A corresponde ao conjunto das proposições verdadeiras. O artigo 50, incisos III e V, da Lei nº 9.784/1999 prevê a necessidade de motivação dos atos administrativos que decidam processos de concurso ou seleção pública e recursos administrativos, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos pertinentes. A incidência direta dessa lei depende do âmbito administrativo aplicável, uma vez que ela disciplina o processo administrativo federal. Seus critérios de motivação constituem, contudo, referência pertinente para estruturar uma decisão fundamentada, sem presumir sua aplicação automática à Administração Municipal. A resposta ao recurso deve indicar, de forma clara, por que a alternativa oficial é correta e por que os argumentos apresentados não justificam a alteração do gabarito. Neste caso, a motivação é objetiva: as afirmativas IV e VI contêm erros conceituais identificáveis, enquanto I, II, III e V descrevem adequadamente os recursos usuais de gerenciamento de arquivos no Windows. Critérios para anulação: A anulação de uma questão pode ser justificada quando houver, por exemplo: - ausência de alternativa correta; - mais de uma alternativa integralmente correta; - ambiguidade substancial que impeça a identificação da resposta; - erro técnico ou material relevante; - incompatibilidade com o conteúdo programático aplicável. NENHUMA DESSAS HIPÓTESES FOI IDENTIFICADA NA REDAÇÃO EXAMINADA. A questão distingue operações de gerenciamento de arquivos e pastas, sem exigir que o candidato suponha comportamentos excepcionais. A afirmativa II, por exemplo, descreve a finalidade usual de mover um arquivo por meio dos comandos “Recortar” e “Colar”, e não afirma que o sistema operacional sempre executará a movimentação por um mecanismo físico idêntico em qualquer unidade ou sistema de arquivos. Da mesma forma, a afirmativa V utiliza a expressão “pode ser utilizada”, sem garantir que toda pesquisa localize necessariamente qualquer arquivo, independentemente de indexação ou permissões. Essas formulações não configuram ambiguidade relevante. São compatíveis com uma avaliação de conhecimentos práticos de Informática. **ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO** O documento anexado solicita a anulação da questão 17 e menciona os	

		temas de movimentação de arquivos, extensões, exclusão de pastas, Pesquisa do Windows e criação de novas pastas. Contudo, o texto disponível não apresenta argumentação técnica suficientemente legível e detalhada que demonstre uma falha específica em qualquer das seis afirmativas. Ainda que a análise de mérito deva ser realizada independentemente da qualidade formal do recurso, a conferência técnica confirma a correção do gabarito A. Não há fundamento para anular o item apenas porque algumas alternativas contêm proposições falsas. A existência de distratores incorretos é inerente ao formato de múltipla escolha, desde que a resposta correta possa ser identificada de maneira objetiva. **CONCLUSÃO** A análise técnica e jurídico-administrativa demonstra que: 1. As afirmativas I, II, III e V estão corretas. 2. As afirmativas IV e VI estão incorretas. 3. A alternativa A corresponde exatamente ao conjunto de afirmativas verdadeiras. 4. As demais alternativas incluem afirmativas falsas ou omitem proposições verdadeiras. 5. Não foi identificado vício material, ambiguidade substancial ou duplicidade de resposta que justifique a anulação. Diante do exposto, RECURSO INDEFERIDO, mantendo-se o gabarito oficial da questão 17 - alternativa A. A decisão fundamenta-se na correção conceitual das afirmativas I, II, III e V, na incorreção das afirmativas IV e VI e na inexistência de vício técnico ou jurídico que comprometa a objetividade da questão. **BIBLIOGRAFIA** 1. LAMBERT, Joan. Windows 10 Step by Step. Microsoft Press, 2015. 2. STALLINGS, William. Operating Systems: Internals and Design Principles. 9. ed. Pearson, 2018. 3. TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Modern Operating Systems. 5. ed. Pearson, 2022. 4. FOROUZAN, Behrouz A.; MOSHARRAF, Firouz. Foundations of Computer Science. 2. ed. Cengage Learning, 2011. 5. NORTON, Peter. Introduction to Computers. 7. ed. McGraw-Hill, 2006.	

APONTAMENTOS SOBRE NOSSA SENHORA DAS DORES APONTAMENTOS SOBRE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E ATOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS E ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. ENSINO MÉDIO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
21	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 21 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores. (Estrutura Organizacional). Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe.** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 21 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE– ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 21) **Art. 32º** - São atribuições do Presidente, além das expressas neste Regimento, ou que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas: I. representar a Câmara Municipal em juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário; II. interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno; III. receber ou recusar as proposições apresentadas de acordo com as disposições regimentais; IV. promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenha sido promulgado pelo Prefeito Municipal; Marque a alternativa que está de acordo com os incisos do **Art. 32º**. (A) I; III e IV apenas. (B) I; II e III apenas. (C) II e IV apenas. (D) III e IV apenas. (E) I; II; III e IV. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
22	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 22 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores. (Estrutura Organizacional). Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido estrutura Organizacional da Câmara**	

		Municipal de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe. **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA <u>QUESTÃO 22</u> (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE – ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 22) **<u>Art. 35º</u>** - O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o _____, nos casos previstos em lei ficara impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar ato que tenha implicação com a função legislativa. (A) Vereador. (B) Prefeito. (C) Vice-Prefeito. (D) 1º Secretária. (E) Deputado Estadual. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
24	INDEFERIDO	**O RECURSO DA <u>QUESTÃO 24</u> ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores. (Estrutura Organizacional). Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes.** **VICE-PRESIDENTE:** PAULO ALVES DOS SANTOS **Competência do Órgão:** SUBSEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO VICE-PRESIDENTE Art. 38 - Compete ao Vice-Presidente da Câmara, ou na sua ausência o 1º Secretário: I - substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças; II - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido em lei.	
26	INDEFERIDO	**O RECURSO DA <u>QUESTÃO 26</u> ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados da Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe. Pedimos que seja feita uma consulta na referida Lei para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA <u>QUESTÃO 26</u> (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA**	

		SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE – ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO. 26) **Art. 11 º** - Na fixação das divisas distritais devem ser observadas as seguintes normas: I. sempre que possível serão evitadas formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados; II. preferência para a delimitação das linhas naturais facilmente identificáveis; III. na inexistência de linhas naturais, utilização de linha reta, em que os pontos naturais ou não sejam facilmente identificáveis; IV. é vedada a interrupção da continuidade territorial do Município ou do distrito de origem. Marque a alternativa que está de acordo com os incisos do **Art. 11º**. (A) I; II; III e IV. (B) I; III e IV apenas. (C) I; II e III apenas. (D) II e IV apenas. (E) III e IV apenas. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
27	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 27 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados da Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe. Pedimos que seja feita uma consulta na referida Lei para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 27 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA eLEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE – ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 27) **Art. 13 º** - É da competência comum do Município, da União e do Estado: Marque a alternativa que **não** está de acordo com os incisos do **Art. 13º**. (A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; (B) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de necessidades especiais; (C) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; (D) impedir a evasão, a destruição e a descentralização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; (E) zelar pelo acesso as escolas à vida e a saúde das pessoas do seu próprio município;	

		EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.	
28	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 28 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados da Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe. Pedimos que seja feita uma consulta na referida Lei para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 28 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE – ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 28) **Art. 39º** - A Mesa da Câmara, em Ato, enviará ao Poder Executivo do Município, até _____, para inclusão na sua, a proposta de orçamento do Poder Legislativo para o exercício seguinte. Marque a alternativa que completam corretamente o inciso enunciado. (A) 31 de abril de cada ano. (B) 31 de maio de cada ano. (C) 31 de junho de cada ano. (D) 31 de julho de cada ano. (E) 31 de agosto de cada ano. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
31	DEFERIDO	**A questão foi elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão https://cmdores.se.gov.br/hist%C3%B3ria, na qual hoje o site não existe mais direcionando para site cmdores.se.gov.br/história, onde as afirmações não estão de acordo com as questões mencionados. A questão será anulada.**	ANULADA
32	DEFERIDO	**A questão foi elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão https://cmdores.se.gov.br/hist%C3%B3ria, na qual hoje o site não existe mais direcionando para site cmdores.se.gov.br/história, onde as afirmações não estão de acordo com as questões mencionados. A questão será anulada.**	ANULADA
33	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 33 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão. Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido da fonte bibliográfica consultada.** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 33 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DO SITE QUE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.**	

		33) O município de Nossa Senhora das Dores está localizado na região central do Estado de Sergipe, limitando-se a leste com os municípios de: https://rigeo.sgb.gov.br/server/api/core/bitstreams/0170b573-37ac-4af9-b415-d24be126e3e7/content (A) Feira Nova e Cumbe. (B) Capela e Siriri. (C) Divina Pastora e Santa Rosa de Lima. (D) Ribeirópolis e São Miguel. (E) Santa Rosa de Lima e Moita Bonita. 4. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
34	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 34 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão. Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido da fonte bibliográfica consultada.** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 34 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DO SITE QUE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 34) De acordo com dados do IBGE, o Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe, possui uma área da Unidade Territorial (2025) de: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/nossa-senhora-das-dores/panorama (A) 482,785 km². (B) 483,785 km². (C) 484,785 km². (D) 485,785 km². (E) 4862,785 km². 4. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

CONHECIMENTO ESPECÍFICOS / ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
36	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 36 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM INFORMAÇÃO CONTIDA NO SITE OFICIAL QUE ESTÁ ESCRITO NO ENUNCIADO DA QUESTÃO.** **2. NÃO EXISTE QUALQUER MOTIVO PARA SE QUESTIONAR SOBRE AS QUATRO INFORMAÇÕES, UMA VEZ QUE TODAS SÃO OFICIAIS E ESTÃO CORRETAS.** **ESCLARECIMENTOS:** **Os cinco requisitos de validade do ato administrativo (também chamados de elementos formadores) são competência, finalidade, forma, motivo e objeto, lembrados pelo mnemônico CO-FO-FI-MO-O (ou *COMFI-FO-MO*). Segundo a Lei nº 4.717/1965 (Lei da Ação Popular), a ausência ou o vício de qualquer um deles torna o ato ilegal e passível de anulação.** (https://www.google.com/search?q=Quais+s%C3%A3o+os+Requisitos+de+Validade+dos+Atos+Administrativos%3A&oq) **AMPLIANDO A INFORMAÇÃO IV:** **IV –A principal condição de eficácia do ato administrativo é a publicidade, que consiste na divulgação oficial para que o ato passe a produzir efeitos externos e iniciar contagem de prazos.** **(https://www.jusbrasil.com.br/artigos/formacao-validade-e-eficacia-dos-atos-administrativos/1426760615)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 36, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS ESTÃO TODAS CORRETA.** 36) Obrigatoriamente, a administração pública municipal obedece aos princípios constitucionais do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, utilizando-se de atos administrativos e poderes instrumentais para gerir o interesse coletivo. O Artigo 37 (aqui referido) estabelece as regras fundamentais da Administração Pública direta e indireta em todos os níveis de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Sobre o conteúdo enunciado, julgue as informações com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a série correta. ( ) A atuação pública deve seguir obrigatoriamente cinco princípios fundamentais: Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência, que são conhecidos como “LIMPE”. ( ) O ato administrativo é a manifestação de vontade da administração pública que produz efeitos jurídicos imediatos. ( ) Os Atos Administrativos contemplam os Requisitos de Validade (Requisitos Essenciais): Competência. Finalidade. Forma. Motivo. Objeto. ( ) A principal condição de eficácia do ato administrativo é a publicidade, que consiste na divulgação oficial para que o ato passe a produzir efeitos externos e iniciar contagem de prazos. (A) F; V; F; V.	

		(B) V; V; V; V. (C) V; V; V; F. (D) V; F; V; V. (E) F; V; F; F. **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 36 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
37	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 37 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM INFORMAÇÕES SOBRE: COMPETÊNCIA; FORMA E OBJETO.** **2.Os 5 requisitos de validade (ou elementos) dos atos administrativos são tradicionalmente sintetizados pela doutrina e pela Lei da Ação Popular (Art. 2º da Lei nº 4.717/1965):** **(https://www.google.com/search?q=QUAIS+S%C3%83O+os+%225+Requisitos+de+Validade+(Requisitos+Essenciais)+dos+Atos+Administrativos%22%3F&oq=)** **2.1. - VEJAMOS O SEGUINTE, DESTACANDO OS ITENS: (1 / 3 / 5):** **Os 5 Requisitos Essenciais** **1. Competência: É o poder legal conferido ao agente público para praticar o ato. Deriva sempre da lei, sendo intransferível em regra (embora admita delegação e avocação parciais, quando não exclusivas).** **2. Finalidade:** É o objetivo de interesse público que o ato deve alcançar. O desrespeito a esse elemento configura **desvio de finalidade**. **3. Forma: É o modo de exteriorização do ato administrativo. Em regra, deve ser escrita e solene, observando os ritos previstos em lei.** **4,Motivo:** É a situação de fato e de direito que justifica a realização do ato. Corresponde à causa ou ao porquê da decisão. **5. Objeto: É o conteúdo do ato, o efeito jurídico imediato que ele produz (o bem da vida, a decisão em si). Deve ser lícito, possível, certo e moral.** **(https://www.google.com/search?q=QUAIS+S%C3%83O+os+%225+Requisitos+de+Validade+(Requisitos+Essenciais)+dos+Atos+Administrativos%22%3F&oq=)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 37, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS ESTÃO TODAS CORRETA.** 37) Sobre os Requisitos de Validade (Requisitos Essenciais) dos Atos Administrativos analise as informações a seguir: I. É o poder legal conferido ao agente público para praticar o ato. Deriva sempre da lei, sendo intransferível em regra (embora admita delegação e avocação parciais, quando não exclusivas). II. É o modo de exteriorização do ato administrativo. Em regra, deve ser escrita e solene, observando os ritos previstos em lei. III. É o conteúdo do ato, o efeito jurídico imediato que ele produz (o bem da vida, a decisão em si). Deve ser lícito, possível, certo e moral. As informações apresentadas contêm elementos que identificam correta e respectivamente: (A) Finalidade. Forma. Motivo. (B) Motivo. Objeto. Forma. (C) Forma. Motivo. Finalidade.	

		(D) Objeto. Motivo. Competência. (E) Competência. Forma. Objeto. **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 37 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
38	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 38 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM INFORMAÇÕES OFICIAIS DO SITE QUE ESTÁ NO ENUNCIADO DA PRÓPRIA QUESTÃO.** **2. ESCLARECIMENTO LEGAL SOBRE ADMINISTRAÇÃO DIRETA** **ADMINISTRAÇÃO DIRETA É: O conjunto de entes políticos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e seus respectivos órgãos públicos.** Características: **Possui autonomia política (capacidade de criar leis), administrativa e financeira.** Exemplos: **Ministérios, Secretarias, Presidência da República, Prefeituras e Tribunais.** **(https://www.google.com/search?q=Organiza%C3%A7%C3%A3o+administrativa%3A+administra%C3%A7%C3%A3o+direta+e+indireta%3B)** **(https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/compilado-sobre-organizacao-da-administracao-indireta/)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 38, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS ESTÃO TODAS CORRETA.** **38) A organização administrativa brasileira divide-se em: Administração Direta (atua de forma centralizada por meio de seus próprios órgãos) e Administração Indireta (que executa serviços públicos de maneira descentralizada por meio de entidades com personalidade jurídica própria).** **(https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/compilado-sobre-organizacao-da-administracao-indireta/)** **Nessa dimensão, marque a alternativa com exemplo de Administração Direta.** **(A) Os Ministérios.** **(B) As Autarquias.** **(C) As Fundações Públicas.** **(D) As Empresas Públicas.** **(E) As Sociedades de Economia Mista.** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 38 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO E DEVIDAMENTE COMPROVADO, INFORMAMOS QUE O**	
40	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 40 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM INFORMAÇÃO** **2.A BANCA EXAMINADORA INFORMA QUE TODAS AS INFORMAÇÕES ESTÃO NO SITE QUE ESTÁ ESCRITO NO ENUNCIADO DA QUESTÃO.** **Competências e Funções Institucionais** Conforme o art. 28 da Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores, o Poder Legislativo exerce as seguintes funções fundamentais: **Função Legislativa:** Elaboração de leis ordinárias, complementares,	

		resoluções, decretos legislativos e a Lei Orgânica, abrangendo os assuntos de interesse local. **Fiscalização e Controle Externo:** Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Executivo Municipal e da administração indireta, com o auxílio do Tribunal de Contas. **Julgamento Político-Administrativo:** Apreciação de infrações político-administrativas cometidas pelo Prefeito e pelos próprios vereadores. **Função Administrativa e Econômica:** Gestão da economia interna, organização de seus serviços administrativos e provimento de cargos próprios. **(https://nossasenhoradasdores.se.gov.br/sites/nossasenhoradasdores.se.gov.br/files/)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 40, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS ESTÃO TODAS CORRETA.** 40) A estrutura e o funcionamento da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores (SE) regem-se pela Lei Orgânica do Município e pelo seu Regimento Interno, estruturando-se em órgãos diretivos, comissões e serviços administrativos voltados ao exercício das atribuições institucionais. A Estrutura Organizacional e Composição contempla: Plenário. Mesa Diretora. Estrutura Administrativa. **(https://nossasenhoradasdores.se.gov.br/sites/nossasenhoradasdores.se.gov.br/files/)** **Considerando as "Competências e Funções Institucionais" da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores (SE), julgue as informações com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a série correta.** **( ) Função Legislativa: Elaboração de leis ordinárias, complementares, resoluções, decretos legislativos e a Lei Orgânica, abrangendo os assuntos de interesse local.** **( ) Fiscalização e Controle Externo: Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Executivo Municipal e da administração indireta, com o auxílio do Tribunal de Contas.** **( ) Julgamento Político-Administrativo: Apreciação de infrações político-administrativas cometidas pelo Prefeito e pelos próprios vereadores.** **( ) Função Administrativa e Econômica: Gestão da economia interna, organização de seus serviços administrativos e provimento de cargos próprios.** **(A) V; V; F; F.** **(B) F; V; F; V.** **(C) V; V; V; V.** **(D) V; F; V; V.** **(E) V; V; V; F.** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 40 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
41	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 41 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM INFORMAÇÃO QUE ESTRUTURA O**	

		SITE OFICIAL ESCRITO NA ENUNCIAÇÃO DA QUESTÃO. **2. VEJAMOS O SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES (SE) (https://nossasenhoradasdores.se.gov.br/sites/nossasenhoradasdores.se.gov.br/files/). – É IMPORTANTE ACESSÁ-LO PARA COMPROVAR QUE TODAS ESTÃO CORRETAS.** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 41, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS ESTÃO TODAS CORRETA.** **41) O processo legislativo da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores (SE) segue etapas padronizadas desde a iniciativa até a promulgação:** **(https://nossasenhoradasdores.se.gov.br/sites/nossasenhoradasdores.se.gov.br/files/)** **Analise as enunciações a seguir:** **I. Apresentação e Protocolo: A proposição (projeto de lei, de resolução, indicação ou requerimento) é protocolada na Secretaria da Câmara, respeitando a iniciativa privativa ou concorrente (vereadores, Mesa Diretora ou Prefeito).** **II. Leitura em Plenário: A matéria é lida durante o expediente da sessão ordinária e oficialmente encaminhada às comissões competentes.** **III. Análise e Parecer: As comissões permanentes emitem parecer técnico favorável ou contrário à tramitação.** **IV. Discussão e Votação: O projeto entra na Ordem do Dia, sendo submetido a turnos de discussão e votação nominal ou simbólica pelo Plenário.** **V. Sanção ou Veto: Aprovada pela Casa, a proposição de lei é enviada ao Chefe do Poder Executivo para sanção e publicação ou eventual veto.** **Marque a alternativa com a série correta.** **(A) I; II; III; IV e V.** **(B) I; II e III apenas.** **(C) II; III e IV apenas.** **(D) I; III e V apenas.** **(E) II; IV e V apenas.** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 41 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
42	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 42 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM UMA SÉRIE DE INFORMAÇÕES, SENDO TRÊS (I; II E III) CORRETAS E A (IV) INCORRETA, PORQUE: EXPEDIÇÃO É O ENVIO DE DOCUMENTOS PARA FORA DA INSTITUIÇÃO.** **2.NÃO SE EXPEDE PARA DENTRO DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO.** **O protocolo é o setor responsável pelo controle inicial e movimentação dos documentos correntes em um órgão público.** **I – Recebimento:** Entrada de documentos físicos ou digitais vindos	

		de fora ou gerados internamente. II – **Registro e Autuação:** Atribuição de número de identificação e formação oficial de processos. III – **Classificação e Distribuição:** Organização por assunto e encaminhamento aos setores competentes. IV – **Expedição:** Envio de documentos para fora da instituição. **(https://www.google.com/search?q=Documenta%C3%A7%C3%A3o+legislativa+e+administrativa%3A+protocolo%2C+tramita%C3%A7%C3%A3o+de+processos%2C+arquivamento+e+gest%C3%A3o+de+documentos+oficiais&oq=)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 42, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS ESTÃO TODAS CORRETA.** **42) A** gestão de documentos oficiais e a documentação legislativa e administrativa **englobam o conjunto de procedimentos técnicos que controlam o ciclo vital dos documentos públicos, desde a sua produção até a destinação final. O protocolo é o setor responsável pelo controle inicial e movimentação dos documentos correntes em um órgão público.** **De acordo com o conteúdo enunciado, sobre "Protocolo" julgue as informações com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a série correta.** **O protocolo é o setor responsável pelo controle inicial e movimentação dos documentos correntes em um órgão público.** **( ) Recebimento: Entrada de documentos físicos ou digitais vindos de fora ou gerados internamente.** **( ) Registro e Autuação: Atribuição de número de identificação e formação oficial de processos.** **( ) Classificação e Distribuição: Organização por assunto e encaminhamento aos setores competentes.** **( ) Tramitação interna e externa: Envio de documentos para fora da instituição e entre todos os setores da instituição.** **(A) F; V; F; V.** **(B) V; V; F; F.** **(C) V; V; V; F.** **(D) V; F; V; F.** **(E) V; V; V; V.** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 42 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
43	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 43 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM ELEMENTOS QUE INFORMAM SOBRE O CONTEÚDO ENUNCIADO.** **2. PEDIMOS QUE O/A IMPETRANTE DO RECURSO CONSULTE O SITE QUE ESTÁ\ ESCRITO NA PRÓPRIA QUESTÃO, PARA COMPROVAR QUE AS INFORMAÇÕES (IV e V) NÃO EXISTEM.** **(https://esafi.com.br/blog/atendimento-ao-publico-na-administracao-publica-boas-praticas-e-legislacao)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 44, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS ESTÃO TODAS**	

		CORRETA. **43) O atendimento ao público representa a face mais visível da administração pública e constitui um dos principais fatores que influenciam a percepção dos cidadãos sobre a qualidade dos serviços governamentais. Em um contexto onde a sociedade exige cada vez mais eficiência, transparência e respeito no trato com as instituições públicas, oferecer um atendimento de excelência deixou de ser um diferencial para se tornar uma obrigação fundamental de qualquer órgão público. A qualidade do atendimento impacta diretamente na confiança dos cidadãos nas instituições públicas, na efetividade das políticas públicas e na própria legitimidade do Estado. Um atendimento deficiente pode gerar frustração, desconfiança e até mesmo conflitos desnecessários, enquanto um atendimento de qualidade: I - Fortalece a relação entre governo e sociedade. II - Facilita o acesso aos direitos. III - Contribui para a construção de uma administração pública mais humana e eficaz. IV – Cria vínculos morais e contumazes. V – Fortalece as ideias sobre Ética e Moralidade.** **(https://esafi.com.br/blog/atendimento-ao-publico-na-administracao-publica-boas-praticas-e-legislacao)** **Marque a alternativa com a série de informações que estão corretas.** **(A) I; II; III; IV e V.** **(B) I: II e IV apenas.** **(C) I; II e III apenas.** **(D) III e IV apenas.** **(E) I; III e V apenas.** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 43 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
44	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 44 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DO SITE QUE ESTÁ ESCRITO NO ENUNCIADO DA QUESTÃO 44 (EM ANÁLISE)** **2. A ENUNCIAÇÃO DA (LETRA D) ESTARIA CORRETA E FOSSE APRESENTADA ASSIM:** **Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre os entes federativos, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.** **(https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/competencia-privativa-comum-e-concorrente)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 44, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS ESTÃO TODAS CORRETA.** **44) A Constituição Federal de 1988 divide o poder de criar leis entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, usando critérios como a predominância do interesse.** **(https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-**	

		produtos/direito-facil/edicao-semanal/competencia-privativa-comum-e-concorrente) **Sobre "Competência privativa, comum e concorrente", marque a alternativa com informação incorreta.** **(A) A competência privativa, prevista no artigo 22 da Constituição Federal, é designada especificamente para a União.** **(B) A competência comum, também chamada de competência administrativa, refere-se ao âmbito administrativo.** **(C) A competência comum está prevista no artigo 23 da CF, é atribuída a todos os entes federativos, sem exceção: À União, aos Estados-membros, ao DF e aos Municípios.** **(D) Não existem Leis complementares capazes de fixar normas para a cooperação entre os entes federativos, tendo em vista que existe o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.** **(E) A competência concorrente está relacionada ao âmbito legislativo e não foi conferida a todos os entes estatais. Conforme texto do artigo 24, só foi atribuída à União, aos Estados-membros e ao DF, os Municípios não detém competência concorrente.** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 44 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
47	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 47 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM OS ELEMENTOS TEÓRICOS QUE ESTÃO CONTIDOS NO SITE OFICIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, QUE ESTÁ ESCRITO NO ENUNCIADO DA QUESTÃO.** **2. VEJAMOS OS ESCLARECIMENTOS SEGUINTES SOBRE: "Princípios e Atributos Básicos":** **Impessoalidade: O texto reflete o serviço público e o interesse coletivo, sem opiniões, marcas pessoais ou emoções do autor.** **Clareza e Precisão:** As frases devem ser fáceis de ler e permitir apenas um sentido, evitando duplo sentido ou ambiguidades. **Concisão e Objetividade:** É preciso dizer muito com poucas palavras, indo direto ao ponto sem enrolação ou rodeios. **Formalidade e Padronização:** Exige respeito, cortesia institucional e uso de um modelo visual e estrutural uniforme. **Uso da Norma Padrão:** O texto deve obedecer rigorosamente à gramática formal da língua portuguesa, sem usar gírias ou regionalismos. **(https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 47, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS ESTÃO TODAS CORRETA.** **47) As normas e regras para a redação oficial no Brasil são baseadas principalmente nos princípios constitucionais da administração pública e**	

		consolidadas no Manual de Redação da Presidência da República. Devem-se seguir os Princípios e Atributos Básicos: 1. Impessoalidade. 2. Clareza e Precisão. 3. Concisão e Objetividade. 4. Formalidade e Padronização. 5. Uso da Norma Padrão da Língua Portuguesa. **(https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf)** **Analise as informações a seguir:** **I. O texto reflete o serviço público e o interesse coletivo, sem opiniões, marcas pessoais ou emoções do autor.** **II. As frases devem ser fáceis de ler e permitir apenas um sentido, evitando duplo sentido ou ambiguidades.** **As informações identificam correta e respectivamente:** **(A) Impessoalidade. Clareza e Precisão.** **(B) Uso da Norma Padrão da Língua Portuguesa. Concisão e Objetividade.** **(C) Formalidade e Padronização. Clareza e Precisão.** **(D) Impessoalidade. Impessoalidade.** **(E) Clareza e Precisão. Uso da Norma Padrão da Língua Portuguesa.** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 47 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

CONHECIMENTO ESPECÍFICOS / TÉCNICO LEGISLATIVO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
40	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 40 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. Explicação: A INFORMAÇÃO SOBRE "EMPENHO" ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETA, PORTANTO, A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE AO COMANDO DA QUESTÃO É A ALTERNATIVA C – (LETRA C).** **Entre os quatro estágios da despesa estudados no presente artigo, aquele que costuma ter uma maior incidência de cobrança é o estágio do empenho. Deve-se guardar, sobretudo, que nenhuma despesa poderá ser efetuada sem o prévio empenho (podendo ser dispensado em alguns casos APENAS a nota de empenho). Além disso, as modalidades de empenho também têm uma relevância importante nas provas, devendo o candidato ser capaz de diferenciar o empenho ordinário, por estimativa e global.** **(Por: Carlos Eduardo Cardoso. Consultor do Tesouro Estadual e Professor do Estratégia questões)** **(https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/estagio-da-despesa/) E (https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica)** **1.1 – A INFORMAÇÃO CENTRA-SE NA IMPORTÂNCIA DO EMPENHO – QUESTÃO DE COMPREENDER O QUE ESTÁ SENDO INFORMADO NA QUESTÃO.** **2.** O **empenho é, de fato, o estágio da despesa pública que recebe maior destaque em provas de concursos e exames (como Administração Financeira e Orçamentária - AFO). Tudo isto, graças a importância que ele tem.** **Afirma-se que o EMPENHO é o estágio da despesa pública com maior incidência de cobrança (especialmente em provas de concursos públicos e exames de contabilidade/orçamento) porque ele envolve conceitos-chave, regras de ouro e vedações legais rígidas**. (...) (https://concursos.estrategia.com/portal/estagios-despesa-publica-v2/) **2.1. MAIS ESCLARECIMENTOS PARA QUE SE ENTENDA O QUE ESTÁ ESCRITO NA "ALTERNATIVA C" DA QUESTÃO ORA ANALISADA. UMA VEZ QUE APENAS ESTA ALTERNATIVA RESPONDE AO QUE SE COBRA NO COMANDO DA QUESTÃO.** **O Empenho é:** **Reserva de recursos: É o ato da autoridade competente que garante a existência de crédito orçamentário disponível e reserva uma parcela da verba pública para um fim específico (como a compra de um bem ou a contratação de um serviço). (Congresso Nacional +1)** **Criação de obrigação:** Estabelece o compromisso de pagamento (pendente ou não de alguma condição) entre o Estado e o fornecedor/credor. **(Prefeitura de Sobral +1)** **Nota de Empenho (NE):** É o documento oficial emitido para registrar essa operação no sistema contábil (como o SIAFI), informando o nome do credor, o valor e a dotação própria. (UFV – Universidade Federal de Viçosa +1) **Regra de ouro:** Nenhuma despesa pública pode ser realizada sem	

		o empenho prévio (conforme o art. 60 da Lei nº 4.320/64). (https://www.google.com/search?q=QUAL+A+FINALIDADE+DO+TERMO+%22EMPENHO%22+NA+DESPESA+P%C3%9ABLICA%3F&oq=) 2.1.1 – **ACREDITAMOS QUE SE TRATA DE ENTENDER O QUE, DE FATO, SE COBRA NA QUESTÃO.** 2.2 - **O QUE SIGNIFICA EXECUTAR A DESPESA PÚBLICA?** **Significa realizar as despesas previstas no orçamento público, seguindo os três estágios presentes na Lei nº 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento.** **O EMPENHO é a etapa (o estágio, o momento) em que o governo reserva o dinheiro que será pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído. Isso ajuda o governo a organizar os gastos pelas diferentes áreas do governo, evitando que se gaste mais do que foi planejado. Assim sendo, pode-se afirmar que é o estágio que costuma ter maior incidência de cobrança.** **A LIQUIDAÇÃO é quando se verifica que o governo recebeu aquilo que comprou. Ou seja, quando se confere que o bem foi entregue corretamente ou que a etapa da obra foi concluída como acordado.** **Por fim, se estiver tudo certo com as fases anteriores, o governo pode fazer o PAGAMENTO, repassando o valor ao vendedor ou prestador de serviço contratado.** **(https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica)** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 40, COM ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE O GABARITO ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETO.** 40) Despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos. De acordo com o Portal da Transparência, a "Despesa pública" comporta três momentos ou estágios: 1. Empenho. 2. Liquidação. 3. Pagamento. (https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica) Sobre "Empenho", marque a alternativa com informação correta. (A) Trata-se de um momento em que somente o gestor pode estar à frente. (B) Aponta quantos são os responsáveis pela despesa pública. (C) É o estágio que costuma ter maior incidência de cobrança. (D) Torna-se desprezível diante da liquidação. (E) Serve somente para justificar as etapas da liquidação e comprovar o pagamento. **4. EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO / ENSINO MÉDIO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
48	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 48 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 48 ESTÁ ESTRUTURADA COM UM TEXTO TEÓRICO, SEGUIDO DA FONTE BIBLIOGRÁFICA RESPECTIVA E TOTALMENTE CONFIÁVEL.** **2. NÃO É CORRETO AFIRMAR QUE A MORAL E A ÉTICA SUBESTIMAM OS VALORES ESTABELECIDOS PELA SOCIEDADE. NA VERDADE, ELAS SÃO JUSTAMENTE AS ESTRUTURAS QUE OS SUSTENTAM, ORGANIZAM E QUESTIONAM.** **(https://blog.mackenzie.br/vestibular/materias-vestibular/as-divergencias-entre-os-conceitos-de-moral-e-etica-na-filosofia/)** **3. PEDIMOS AO CANDIDATO QUE LEIA A ESTRUTURA DA QUESTÃO 48 COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER O QUE, DE FATO, SE COBRA E QUE A ÚNICA ALTERNATIVA INCORRETA É (LETRA B), UMA VEZ QUE NÃO SUBESTIMAM OS VALORES.** 48) Ética é uma palavra de origem grega com duas interpretações possíveis. A primeira é a palavra grega *éthos*, com "e" curto, que pode ser traduzida por costume. A segunda também se escreve *éthos*, porém com "e" longo, que significa propriedade do caráter. A primeira serviu de base na tradução pelos romanos para a palavra latina mores e que deu origem à palavra Moral, enquanto a segunda orienta a utilização atual que damos à palavra Ética. (...) Segundo Cotrim (2002) a Moral é o conjunto de normas, princípios e costumes que orientam o comportamento humano, tendo como base os valores próprios a uma dada comunidade ou grupo social. (...) Princípios são Mandamentos abstratos e universais que orientam a interpretação das regras e direcionam a ação para o bem comum. Valores são padrões ou crenças culturais que definem o que é preferível, desejável ou importante para um indivíduo ou grupo. (https://www.unitins.br/bibliotecamidia/Files/Documento/AVA_63427428 1944622778aula_6___apostila___inf_e_soc___tads_t2007.pdf) – (P.10) Nesse contexto, marque a alternativa com informação incorreta. (A) A Moral e a Ética são criações históricas e culturais, ou seja, não são naturais, são criações sociais. (B) A Moral e a Ética são condições que subestimam os Valores estabelecidos e reconhecidos por qualquer sociedade. (C) A Moral e a Ética variam de acordo com cada sociedade e segundo a época em que são estabelecidas, variando de acordo com os contextos social, histórico e cultural. (D) A Ética e a Moral são realizadas pelas pessoas nas sociedades, ou seja, dependem de um sujeito ético ou moral, da pessoa moral. (E) A pessoa moral só vai existir se preencher algumas condições, dentre as quais citamos: ser consciente de si e dos outros; ser dotado de vontade, ou seja, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências e sentimentos; ser responsável, reconhecer-se como autor da ação.	

		4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 48 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.	
49	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 49 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 49 ESTÁ ESTRUTURADA COM UM TEXTO TEÓRICO, SEGUIDO DA FONTE BIBLIOGRÁFICA RESPECTIVA, ABRANGENDO QUATRO INFORMAÇÕES (I; II; III E IV), TODAS ABSOLUTAMENTE CORRETAS. PORTANTO, INEXISTE MOTIVO PARA QUALQUER TIPO DE CONTESTAÇÃO.** **2. PEDIMOS QUE O CANDIDATO CONSULTE O SITE QUE FOI USADO NA ESTRUTURA DA QUESTÃO, PARA AS COMPROVAÇÕES PERTINENTES.** (https://blog.grancursosonline.com.br/resumo-a-respeito-do-tema-etica-e-democracia-exercicio-da-cidadania/) **3. VEEMENTEMENTE, SUGERIMOS AO CANDIDATO QUE LEIA A ESTRUTURA DA QUESTÃO 49, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER O QUE, DE FATO, SE COBRA E QUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA É (LETRA A), UMA VEZ QUE TODAS ESTÃO RIGOROSAMENTE CORRETAS.** 49) Ética e democracia são os pilares fundamentais para o exercício pleno da cidadania, garantindo que direitos e deveres coexistam em harmonia em uma sociedade justa. Exercer a cidadania significa participar ativamente da sociedade, conhecendo seus direitos e deveres com base nas dimensões da vida em comunidade. (https://blog.grancursosonline.com.br/resumo-a-respeito-do-tema-etica-e-democracia-exercicio-da-cidadania/) Com base no conteúdo enunciado, analise as informações com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a série correta. ( ) A Ética contempla entre os seus pilares fundamentais: Autonomia. Beneficência. Justiça. ( ) A cidadania moderna reconhece os pilares: Direitos Civis. Direitos Políticos. Direitos Sociais. ( ) Os direitos civis garantem as liberdades individuais e a proteção perante a lei; incluem o direito à vida, à liberdade de expressão, de locomoção e de crença. ( ) Os direitos políticos asseguram a participação do cidadão na vida pública e no governo; incluem o direito de votar e ser votado em eleições; permitem a participação em partidos, sindicatos e movimentos. (A) V; V; V; V. (B) F; V; V; V. (C) V; V; F; F. (D) V; F; V; F. (E) F; F; V; V. **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 49 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
50	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 50 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 50 ESTÁ ESTRUTURADA COM UM TEXTO TEÓRICO, SEGUIDO DA FONTE BIBLIOGRÁFICA RESPECTIVA E TOTALMENTE CONFIÁVEL.**	

		2. VEJAMOS O QUE PODE ELUCIDAR A COMPREENSÃO DO CANDIDATO, PARA ELIMINAR O EQUÍVOCO QUE MOTIVOU UM QUESTIONAMENTO PRECIPITADO, FEITO POR INSTRUMENTO RECURSAL. **O texto apresentado resume com precisão a base da Administração Pública no Brasil. O conceito inicial destaca que o servidor público não deve decidir apenas entre o legal e o ilegal, mas fundamentalmente entre o honesto e o desonesto, conforme prevê o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994).** **Os cinco pontos listados formam o famoso acrônimo "LIMPE", que representa os Princípios Fundamentais da Administração Pública, expressos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988:** **2.1. Legalidade: O administrador público só pode atuar conforme e nos limites estritos da lei.** **2.2. Impessoalidade: O tratamento deve ser igualitário a todos os cidadãos, proibindo promoções pessoais de agentes públicos e favoritismos.** **2.3. Moralidade: A conduta deve ser pautada na ética, na boa-fé, na lealdade às instituições e na distinção entre o bem comum e o interesse privado.** **2.4. Publicidade: Os atos administrativos devem ser transparentes e acessíveis ao público para garantir o controle social, salvo exceções legais de sigilo.** **2.5. Eficiência: A atuação do Estado deve buscar a máxima produtividade, presteza e rendimento social, utilizando os recursos públicos de forma racional e sem desperdícios.** **(https://www.(google.com/search?q=A+ética+no+serviço+público+é+o+conjunto+de+princípios+e+valores+morais+que+orientam+a+conduta+do+agente+público%2C+...)** **(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)** **3. POR SUGESTÃO, PARA QUE O CANDIDATO ENTENDA O QUE, DE FATO, SE COBRA (CORRETAMENTE) NA QUESTÃO EM ANÁLISE, INDICAMOS UMA RELEITURA BEM ATENTA DA ESTRUTURA DA QUESTÃO 50. PORTANTO, A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE À QUESTÃO (LETRA A).** 50) A ética no serviço público é o conjunto de princípios e valores morais que orientam a conduta do agente público, exigindo que ele escolha sempre entre o honesto e o desonesto no exercício de suas funções. Segue a série de Princípios Fundamentais: 1. Legalidade. 2. Impessoalidade. 3. Moralidade. 4. Publicidade. 5. Eficiência. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm) Analise a informação a seguir: "Tratamento igualitário aos cidadãos, sem privilégios ou perseguições". Os dados da informação identificam corretamente: (A) Impessoalidade. (B) Eficiência. (C) Publicidade.	

		(D) Moralidade. (E) Legalidade. **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 50 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

APONTAMENTOS SOBRE NOSSA SENHORA DAS DORES APONTAMENTOS SOBRE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E ATOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS E ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. AUXILIAR LEGISLATIVO DE SERVIÇOS GERAIS

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
19	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 19 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores. (Estrutura Organizacional). Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe.** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 19 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE– ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 19) **Art. 32º** - São atribuições do Presidente, além das expressas neste Regimento, ou que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas: I. representar a Câmara Municipal em juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário; II. interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno; III. receber ou recusar as proposições apresentadas de acordo com as disposições regimentais; IV. promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenha sido promulgado pelo Prefeito Municipal; Marque a alternativa que está de acordo com os incisos do **Art. 32º**. (A) I; III e IV apenas. (B) I; II e III apenas. (C) II e IV apenas. (D) III e IV apenas. (E) I; II; III e IV. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
20	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 20 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores. (Estrutura Organizacional). Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos**	

		detalhados e bem elucidativos, seguido estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe. **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 20 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE – ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 20) **Art. 35º** - O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o _____, nos casos previstos em lei ficara impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar ato que tenha implicação com a função legislativa. (A) Vereador. (B) Prefeito. (C) Vice-Prefeito. (D) 1º Secretária. (E) Deputado Estadual. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
23	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 23 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados da Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe. Pedimos que seja feita uma consulta na referida Lei para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 23 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE – ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 23) **Art. 11 º** - Na fixação das divisas distritais devem ser observadas as seguintes normas: I. sempre que possível serão evitadas formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados; II. preferência para a delimitação das linhas naturais facilmente identificáveis; III. na inexistência de linhas naturais, utilização de linha reta, em que os pontos naturais ou não sejam facilmente identificáveis; IV. é vedada a interrupção da continuidade territorial do Município ou do distrito de origem. Marque a alternativa que está de acordo com os incisos do **Art. 11º**. (A) I; II; III e IV. (B) I; III e IV apenas. (C) I; II e III apenas.	

		(D) II e IV apenas. (E) III e IV apenas. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
24	INDEFERIDO	**O RECURSO DA <u>QUESTÃO 24</u> ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados da Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe. Pedimos que seja feita uma consulta na referida Lei para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA <u>QUESTÃO 24</u> (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE – ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 24) **<u>Art. 13 º</u>** - É da competência comum do Município, da União e do Estado: Marque a alternativa que **<u>não</u>** está de acordo com os incisos do **<u>Art. 13º</u>**. (A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; (B) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de necessidades especiais; (C) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; (D) impedir a evasão, a destruição e a descentralização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; (E) zelar pelo acesso as escolas à vida e a saúde das pessoas do seu próprio município; **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
25	INDEFERIDO	**O RECURSO DA <u>QUESTÃO 25</u> ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados da Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe. Pedimos que seja feita uma consulta na referida Lei para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA <u>QUESTÃO 25</u> (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES DO ESTADO DA SERGIPE – ONDE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.**	

		25) **Art. 39º** - A Mesa da Câmara, em Ato, enviará ao Poder Executivo do Município, até _____, para inclusão na sua, a proposta de orçamento do Poder Legislativo para o exercício seguinte. Marque a alternativa que completam corretamente o inciso enunciado. (A) 31 de abril de cada ano. (B) 31 de maio de cada ano. (C) 31 de junho de cada ano. (D) 31 de julho de cada ano. (E) 31 de agosto de cada ano. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
26	DEFERIDO	**A questão foi elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão https://cmdores.se.gov.br/hist%C3%B3ria, na qual hoje o site não existe mais direcionando para site cmdores.se.gov.br/história, onde as afirmações não estão de acordo com as questões mencionados. A questão será anulada.**	ANULADA
27	DEFERIDO	**A questão foi elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão https://cmdores.se.gov.br/hist%C3%B3ria, na qual hoje o site não existe mais direcionando para site cmdores.se.gov.br/história, onde as afirmações não estão de acordo com as questões mencionados. A questão será anulada.**	ANULADA
28	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 28 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão. Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes.** **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido da fonte bibliográfica consultada.** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 28 (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DO SITE QUE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 28) O município de Nossa Senhora das Dores está localizado na região central do Estado de Sergipe, limitando-se a leste com os municípios de: https://rigeo.sgb.gov.br/server/api/core/bitstreams/0170b573-37ac-4af9-b415-d24be126e3e7/content (A) Feira Nova e Cumbe. (B) Capela e Siriri. (C) Divina Pastora e Santa Rosa de Lima. (D) Ribeirópolis e São Miguel. (E) Santa Rosa de Lima e Moita Bonita. 4. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
29	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 29 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:**	

		1.A questão está elaborada com os dados oficiais do site inscrito no enunciado desta questão. Pedimos que seja feita uma consulta no referido site para as comprovações pertinentes. **2. O comando da questão está bem claro, com todos os esclarecimentos detalhados e bem elucidativos, seguido da fonte bibliográfica consultada.** **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA <u>QUESTÃO 29</u> (EM ANÁLISE) PARA QUE SE COMPROVE AS EXPLICAÇÕES OFICIAIS DO SITE QUE FOI UTILIZADO PARA A ELABORAÇÃO DESTA QUESTÃO.** 29) De acordo com dados do IBGE, o Município de Nossa Senhora das Dores do Estado da Sergipe, possui uma área da Unidade Territorial (2025) de: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/nossa-senhora-das-dores/panorama (A) 482,785 km². (B) 483,785 km². (C) 484,785 km². (D) 485,785 km². (E) 4862,785 km². 4. **EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

CONHECIMENTO ESPECÍFICOS / AUXILIAR LEGISLATIVO DE SERVIÇOS GERAIS

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
38	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 38 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A ARGUMENTAÇÃO FEITA PELO CANDIDATO NÃO FAZ O MENOR SENTIDO, UMA VEZ QUE A QUESTÃO ESTÁ ELABORADA COM INFORMAÇÕES QUE FAZEM PARTE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (CONSTITUIÇÃO CIDADÃ) E TOAS ESTÃO BEM CLARAS E TOTALMENTE CORRETA.** **2. VEJAMOS O QUE SEGUE:** **2.1 Os direitos individuais e coletivos são fundamentais para o funcionamento da democracia brasileira e estão consagrados no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988.** **2.2** Eles formam o chamado "Catálogo de Direitos e Garantias Fundamentais", assegurando que tanto o cidadão isolado quanto os grupos sociais tenham suas liberdades e prerrogativas protegidas contra abusos do Estado ou de terceiros. 2.3. Esses são os cinco direitos fundamentais expressamente listados no *caput* do Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil: **1. Vida**: Garante a inviolabilidade da existência humana e da integridade física e moral. **2. Liberdade**: Abrange diversas dimensões, como a liberdade de locomoção, de expressão, de crença e de trabalho. **3. Igualdade**: Estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (*princípio da isonomia*). **4. Segurança**: Protege contra abusos estatais e garante a estabilidade jurídica, a inviolabilidade do domicílio e das comunicações. **5. Propriedade**: Assegura o direito à propriedade privada, desde que ela cumpra a sua **função social**. **6.** O entendimento apresentado encontra-se na Constituição da República Federativa do Brasil, especificamente no artigo **5º: Igualdade de gênero:** O **Inciso I** estabelece que *"homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição"*. **Princípio da legalidade:** O **Inciso II** determina que ***"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".*** **CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS** – **Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:** I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;	

		VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; (**https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=672802**) **VAMOS RELER A QUESTÃO 38, COM A DEVIDA ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS QUATRO INFORMAÇÕES ESTÃO ABSOLUTAMENTE CORRETAS.** 38) Analise as informações com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a série correta. ( ) Os Direitos individuais protegem a pessoa em sua essência própria, enquanto os Direitos coletivos protegem grupos, categorias ou toda a sociedade. Estes dois tipos de direitos são garantidos pela Constituição Federal de 1988. ( ) Os 5 direitos individuais fundamentais que estão previstos na Constituição Federal do Brasil são: 1. Vida. 2. Liberdade. 3. Igualdade. 4. Segurança. 5. Propriedade. ( ) O direito "Vida" é o mais importante de todos, porque garante o direito de continuar vivo e de ter uma vida digna, isto é viver com dignidade. ( ) O direito "Igualdade" estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e em obrigações (direitos e deveres), fica evidente que ninguém é obrigado a fazer nada senão em virtude de lei. (A) V; F; V; F. (B) F; V; V; F. (C) V; F; V; V. (D) V; V; V; V. (E) V; V; F; F. EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES FEITAS, DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.	

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO / AUXILIAR LEGISLATIVO DE SERVIÇO GERAIS

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
39	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 39 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 48 ESTÁ ESTRUTURADA COM UM TEXTO TEÓRICO, SEGUIDO DA FONTE BIBLIOGRÁFICA RESPECTIVA E TOTALMENTE CONFIÁVEL.** **2. NÃO É CORRETO AFIRMAR QUE A MORAL E A ÉTICA SUBESTIMAM OS VALORES ESTABELECIDOS PELA SOCIEDADE. NA VERDADE, ELAS SÃO JUSTAMENTE AS ESTRUTURAS QUE OS SUSTENTAM, ORGANIZAM E QUESTIONAM.** **(https://blog.mackenzie.br/vestibular/materias-vestibular/as-divergencias-entre-os-conceitos-de-moral-e-etica-na-filosofia/)** **3. PEDIMOS AO CANDIDATO QUE LEIA A ESTRUTURA DA QUESTÃO 39 COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER O QUE, DE FATO, SE COBRA E QUE A ÚNICA ALTERNATIVA INCORRETA É (LETRA B), UMA VEZ QUE NÃO SUBESTIMAM OS VALORES.** 39) Ética é uma palavra de origem grega com duas interpretações possíveis. A primeira é a palavra grega *éthos*, com "e" curto, que pode ser traduzida por costume. A segunda também se escreve *éthos*, porém com "e" longo, que significa propriedade do caráter. A primeira serviu de base na tradução pelos romanos para a palavra latina mores e que deu origem à palavra Moral, enquanto a segunda orienta a utilização atual que damos à palavra Ética. (...) Segundo Cotrim (2002) a Moral é o conjunto de normas, princípios e costumes que orientam o comportamento humano, tendo como base os valores próprios a uma dada comunidade ou grupo social. (...) Princípios são Mandamentos abstratos e universais que orientam a interpretação das regras e direcionam a ação para o bem comum. Valores são padrões ou crenças culturais que definem o que é preferível, desejável ou importante para um indivíduo ou grupo. (https://www.unitins.br/bibliotecamidia/Files/Documento/AVA_63427428 1944622778aula_6___apostila___inf_e_soc___tads_t2007.pdf) – (P.10) Nesse contexto, marque a alternativa com informação incorreta. (A) A Moral e a Ética são criações históricas e culturais, ou seja, não são naturais, são criações sociais. (B) A Moral e a Ética são condições que subestimam os Valores estabelecidos e reconhecidos por qualquer sociedade. (C) A Moral e a Ética variam de acordo com cada sociedade e segundo a época em que são estabelecidas, variando de acordo com os contextos social, histórico e cultural. (D) A Ética e a Moral são realizadas pelas pessoas nas sociedades, ou seja, dependem de um sujeito ético ou moral, da pessoa moral. (E) A pessoa moral só vai existir se preencher algumas condições, dentre as quais citamos: ser consciente de si e dos outros; ser dotado de vontade, ou seja, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências e sentimentos; ser responsável, reconhecer-se como autor da ação.	

		4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 39 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.	
40	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 40 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 40 ESTÁ ESTRUTURADA COM UM TEXTO TEÓRICO, SEGUIDO DA FONTE BIBLIOGRÁFICA RESPECTIVA, ABRANGENDO QUATRO INFORMAÇÕES (I; II; III E IV), TODAS ABSOLUTAMENTE CORRETAS. PORTANTO, INEXISTE MOTIVO PARA QUALQUER TIPO DE CONTESTAÇÃO.** **2. PEDIMOS QUE O CANDIDATO CONSULTE O SITE QUE FOI USADO NA ESTRUTURA DA QUESTÃO, PARA AS COMPROVAÇÕES PERTINENTES.** (https://blog.grancursosonline.com.br/resumo-a-respeito-do-tema-etica-e-democracia-exercicio-da-cidadania/) **3. VEEMENTEMENTE, SUGERIMOS AO CANDIDATO QUE LEIA A ESTRUTURA DA QUESTÃO 40, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER O QUE, DE FATO, SE COBRA E QUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA É (LETRA A), UMA VEZ QUE TODAS ESTÃO RIGOROSAMENTE CORRETAS.** 40) Ética e democracia são os pilares fundamentais para o exercício pleno da cidadania, garantindo que direitos e deveres coexistam em harmonia em uma sociedade justa. Exercer a cidadania significa participar ativamente da sociedade, conhecendo seus direitos e deveres com base nas dimensões da vida em comunidade. (https://blog.grancursosonline.com.br/resumo-a-respeito-do-tema-etica-e-democracia-exercicio-da-cidadania/) Com base no conteúdo enunciado, analise as informações com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a série correta. ( ) A Ética contempla entre os seus pilares fundamentais: Autonomia. Beneficência. Justiça. ( ) A cidadania moderna reconhece os pilares: Direitos Civis. Direitos Políticos. Direitos Sociais. ( ) Os direitos civis garantem as liberdades individuais e a proteção perante a lei; incluem o direito à vida, à liberdade de expressão, de locomoção e de crença. ( ) Os direitos políticos asseguram a participação do cidadão na vida pública e no governo; incluem o direito de votar e ser votado em eleições; permitem a participação em partidos, sindicatos e movimentos. (A) V; V; V; V. (B) F; V; V; V. (C) V; V; F; F. (D) V; F; V; F. (E) F; F; V; V. **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 40 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

Nossa Senhora das Dores – BA, 28 de outubro de 2026.

Banca Examinadora do Concurso Público